

### 3. Diversos

#### RELATÓRIOS

#### UNICRE — INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S. A.

#### Relatório e contas de 2005

#### Mensagem do presidente

Srs. Accionistas:

A Unicre registou em 2005 o seu melhor resultado, graças sobretudo ao aumento da margem financeira — fruto, por sua vez, do alargamento da concessão de crédito — e à menor necessidade de provisões para custos com beneficiários reformados e pensionistas.

O aumento dos resultados foi conseguido, mau grado a actividade de *acquiring* ter visto diminuída a sua margem de comissões.

O crescimento dos resultados contabilísticos face ao ano anterior, no entanto, sobrestima a diferença de desempenho económico entre os dois períodos.

Na verdade, se se excluírem da comparação as componentes de custos e proveitos que ocorreram com carácter extraordinário e não recorrente — relacionados com redimensionamento do pessoal e benefícios na reforma, a adaptação de equipamentos para a norma EMV e a cessão de participações de capital — verifica-se que o resultado antes de impostos ajustado destes factores cresceu apenas 16%, em lugar dos 94% evidenciados sem aquele ajustamento.

Este desempenho, por sua vez, é fruto de uma evolução diversa verificada nos dois principais negócios da empresa.

Assim, enquanto o resultado ajustado do negócio de emissão (sobretudo devido ao crédito concedido) apresenta um aumento de 4 milhões de euros (+ 30%), o do negócio de *Acquiring* regista uma diminuição de 2,5 milhões de euros.

Como tem sido reportado em relatórios anteriores, a envolvente do funcionamento da empresa tem vindo a alterar-se de modo significativo. Por um lado, e acompanhando uma tendência universal nesta

matéria, verifica-se uma maior atenção regulatória sobre o negócio de cartões de pagamento.

Por outro lado, o projecto político de criação de uma área integrada para pagamentos a nível da zona euro (SEPA ou Single Euro Payments Area) vai alterar as condições competitivas desta actividade, por passar a referi-las à escala europeia.

Assim, empresas como a Unicre, de reduzida dimensão em termos da concorrência europeia, têm sobre si — como aliás todo o sistema de pagamentos português — o desafio de se tornarem mais eficientes do que os seus concorrentes externos de muito maior dimensão, para compensar a desvantagem da diferença de escala.

Por essas razões, a empresa tem vindo a fazer um enorme esforço de eficiência interna, desafiando no mesmo sentido os demais *stakeholders* a montante do negócio (dado o seu contributo para os custos do produto que, ao nível do Acquirer, a Unicre tem para oferecer), tendo em vista conseguir oferecer condições comerciais competitivas em termos europeus.

O esforço interno, traduzido na racionalização de processos e no recurso a *outsourcing* quando tal oferece eficiência adicional, surge reflectido na melhoria dos *ratios* de eficiência da empresa, como adiante será mostrado.

Como parte desse esforço de racionalização, foi concluída a venda da empresa subsidiária Equiprest, que tinha por objecto a prestação de serviços auxiliares ou correlacionados — desde a personalização de cartões à impressão e expedição de extractos — e estabelecidos contratos de *outsourcing* para aquelas actividades.

Entretanto, foi finalizado o processo de transformação da Unicre em IFIC — instituição financeira de crédito —, o que lhe permitirá alargar o leque de actividades, nomeadamente na área da concessão de crédito. Para o efeito, foi também já elaborado um estudo sobre as oportunidades de desenvolvimento de negócio, que se espera vir a accionar a partir do corrente ano.

Deve ainda ser realçada a colaboração de todos os que trabalham na Unicre, cujo esforço, talento e dedicação foram essenciais para a obtenção dos resultados de que seguidamente se dá conta.

O Presidente, *Vitor Bento*.

#### Principais indicadores

Indicador	2002	2003	2004	2005
<b>Balço (em milhões de euros):</b>				
Activo total líquido .....	176,40	196,10	215,30	230,50
Crédito sobre clientes, líquido .....	145,70	159,40	177,60	189,00
Capitais próprios .....	19,20	19,90	20,50	21,30
<b>Rendibilidade:</b>				
Resultado líquido (milhões de euros) .....	3,90	3,90	4,00	12,80
Rendibilidade do activo — ROA (em percentagem) .....	2,30	2,20	2,00	5,90
Rendibilidade dos capitais próprios — ROE (em percentagem) .....	19,60	19,00	18,90	58,80
Resultado antes de impostos/activo líquido médio (em percentagem) .....	3,60	4,70	4,60	8,10
Produto bancário/activo líquido médio (em percentagem) .....	54,90	51,60	47,80	44,80
Resultado antes de impostos/capitais próprios médios (em percentagem) .....	30,60	40,50	43,00	80,60
<b>Produtividade/eficiência:</b>				
<i>Cost-to-income</i> (percentagem) .....	81,90	74,20	72,20	71,50
Activo líquido por empregado (milhões de euros) .....	0,54	0,61	0,69	0,78
Produto bancário por empregado (milhões de euros) .....	0,28	0,28	0,30	0,33
Custos de funcionamento + amortizações/produto bancário (percentagem) .....	88,60	80,90	75,70	73,10
Custos com pessoal/produto bancário (em percentagem) .....	15,50	17,7	16,8	16,0
<b>Qualidade dos activos:</b>				
Cobertura do crédito vencido a mais de 90 dias (percentagem) .....	67,99	73,03	55,32	56,13
Crédito com incumprimento/crédito total (percentagem) .....	7,91	8,10	6,76	6,21
Crédito com incumprimento, líquido/crédito total, líquido (percentagem) .....	2,67	2,32	3,14	2,82
<b>Número de empregados:</b>				
Activos (a) .....	324	323	314	297
Reformados .....	10	11	17	19

Indicadores de referência conforme aviso n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

(a) Inclui órgãos de gestão e pré-reformados.

## Relatório do conselho de administração

### 1 — Situação institucional

#### 1.1 — Accionistas

Capital social:

Constituída sob a forma de sociedade anónima, a Unicre assumiu em 2005 o estatuto legal de instituição financeira de crédito (IFIC). Consequentemente, verificou-se um aumento do capital social para o montante de 10 000 000 de euros, em conformidade com os requisitos do novo tipo legal da empresa. Esse montante é representado por dois milhões de acções com um valor nominal de cinco euros cada, e o aumento foi efectuado através da incorporação de reservas.

#### Representação do capital social

Bancos	Acções	Porcentagem
Banco Comercial Português, S. A. ....	600 400	30,02
Banco Santander Totta, S. A. ....	361 729	18,09
Caixa Geral de Depósitos, S. A. ....	352 023	17,60
Banco BPI, S. A. ....	346 194	17,31
Banco Espírito Santo, S. A. ....	176 011	8,80
Caixa Económica do Montepio Geral	56 776	2,84
Banco Internacional do Funchal, S. A. ....	18 923	0,95
Banco Bilbao Vizcaya Argentária (Portugal), S. A. ....	15 588	0,78
Banco Comercial dos Açores, S.A. ....	9 705	0,49
Banco do Brasil, S. A. ....	5 882	0,29
Banco Internacional de Crédito, S. A. ....	5 882	0,29
Banco Activo Bank (Portugal), S. A. ....	5 882	0,29
Banco Popular Portugal, S. A. ....	5 882	0,29
Banco Português de Investimento, S. A. ....	5 882	0,29
Banco Português de Negócios, S. A. ....	5 882	0,29
Barclays Bank, E. P. C. E. ....	5 882	0,29
BNP Paribas, S.A. ....	5 882	0,29
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C. R. L. ....	5 882	0,29
Finibanco, S. A. ....	5 882	0,29
Unicre, S. A. ....	3 823	0,19
Acções de titularidade conjunta	8	—

#### 1.2 — Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Joaquim Filipe Marques dos Santos, em representação do Banco Internacional do Funchal, S. A.

Secretário: Maria do Pilar Teixeira, em representação da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C. R. L.

Fiscal único:

Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães.

Conselho de administração:

Presidente: Vítor Augusto Brinquete Bento.

Vogais:

Amadeu Ferreira de Paiva.

Vasco Manuel da Silva Pereira.

Secretário da sociedade: João Franco do Carmo.

Unidades de negócio:

Direcção de emissão — tem como função a emissão e a gestão dos cartões de crédito de que a Unicre é emitente, bem como dos produtos e serviços a estes associados, para particulares e empresas, quer de marcas próprias quer de marcas associadas a outras entidades.

Direcção Redunicre — Tem como função a prospecção e angariação de estabelecimentos comerciais, bem como a gestão da rede de aceitação dos cartões de pagamento de bens e serviços das marcas operadas pela Unicre, sendo responsável pela comercialização dos produtos e serviços de *acquiring* e negócios relacionados.

Serviço de apoio operacional e de segurança — tem como objectivo a prestação de serviços de *back-office* e logística aos restantes departamentos da Empresa e a alguns bancos portugueses emitentes de cartões de crédito. Controla ainda e actua sobre as operações irregulares ocorridas em redes nacionais e estrangeiras de estabelecimentos e caixas automáticos aceitantes de cartões.

Serviços:

Serviço administrativo e financeiro — tem por função a gestão financeira e de tesouraria da Unicre, a prestação de informação interna e externa relacionada com essa função, e a gestão dos sistemas contabilístico, de pessoal e de compras.

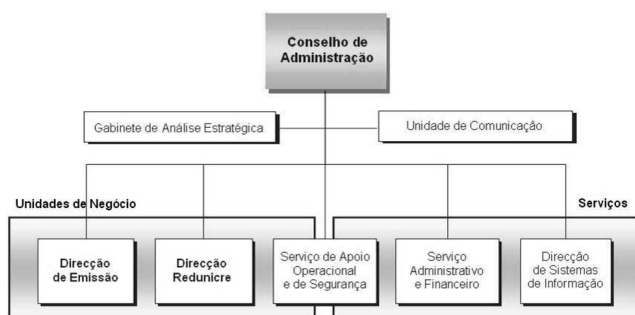
Direcção de sistemas de informação — Tem por missão promover a adequação dos sistemas de informação aos objectivos estratégicos do negócio da Unicre, bem como a utilização e a implementação das tecnologias de informação.

Órgãos de STAFF:

Gabinete de análise estratégica — tem como missão assessorar a administração nas matérias relativas à definição de orientações estratégicas para o negócio da empresa, ao planeamento estratégico da actividade e ao acompanhamento e análise das variáveis relevantes do negócio.

Unidade de comunicação — Tem como actividades a difusão da comunicação interna de natureza corporativa, a coordenação da política de relações com os órgãos de comunicação social e outros públicos externos, a definição da imagem corporativa e a realização de actos

## 2 — Estrutura organizativa



Fonte. — Unicre.

de relações públicas, nomeadamente junto de empresas e associações do sector empresarial.

### 3 — Missão e perspectivas futuras

Alicerçada numa história de sucesso já com mais de três décadas, a Unicre assume, para as suas perspectivas futuras, o desafio de continuar a proporcionar ao mercado respostas de elevada qualidade, consolidando uma postura de parceria activa com os clientes no desenvolvimento de soluções para as suas necessidades, num mercado cada vez mais dinâmico, exigente e sofisticado.

Fiel à visão histórica que apontava para o reconhecimento como a melhor referência empresarial nos pagamentos com cartão, a empresa ambiciona hoje a um posicionamento idêntico na esfera mais alargada de intervenção que decorre do tipo legal de IFIC.

#### Missão da Unicre:

Facilitar a vida das pessoas e das empresas, oferecendo eficientes soluções de pagamento e de crédito, nomeadamente baseadas em cartão, cómodas, fiáveis e seguras, bem como serviços associados, configurando uma proposta de valor competitiva e assente em condições de sustentabilidade.

A actuação da Unicre sempre se pautou por objectivos de elevado dinamismo e por uma lógica de inovação comercial e tecnológica ombreado com as grandes empresas nacionais e estrangeiras do sector. A exposição e o funcionamento a par com sistemas internacionais de pagamento de reconhecida sofisticação, tornaram natural essa forma de actuar; a subsistência no contexto de competitividade e a forte produtividade dos serviços financeiros em Portugal, impuseram-na; e a universalidade e a eficiência da plataforma tecnológica de suporte (nomeadamente a plataforma tecnológica multibanco) tornaram-na possível.

Estes objectivos de dinamismo e inovação são uma herança a preservar, mas, no nosso entendimento, o mercado a que nos dirigimos, o sector em que nos enquadrámos e a envolvente institucional evoluíram de tal forma que este é claramente um momento de mudança, uma nova etapa e uma oportunidade para uma vez mais nos lançarmos com toda a energia a um trabalho de crescimento e transformação.

Os clientes deverão continuar a ser a principal força motriz na evolução da Unicre. Novas franjas de mercado a explorar, procura crescente de determinados produtos e serviços, exigências reforçadas de eficiência e sofisticação acrescida, todas estas tendências de evolução se registam na base de clientes da Unicre e são o pano de fundo sobre o qual a empresa desenvolverá a sua estratégia futura:

O utilizador de cartões de crédito é cada vez mais exigente na escolha do meio de pagamento a utilizar em cada situação.

Ofertas claras e direccionadas são uma exigência crescente do negócio.

Há franjas de mercado nas quais o uso de cartão tem sido limitado pela presença de meios de pagamento menos eficientes, como os cheques e o numerário.

Criar incentivos e capturar esse mercado é um desafio de elevado retorno potencial.

A utilização do crédito pessoal tem vindo a aumentar e a generalizar-se a segmentos da população entre os quais foi até há pouco relativamente inexplorada.

Gerir responsabilmente os níveis de risco e exposição, proporcionando ainda assim o serviço e a comodidade que os clientes exigem, representa uma oportunidade de negócio em que continua a existir espaço de progressão.

A estrutura do comércio em Portugal é cada vez mais concentrada e complexa.

Reforçam-se as condições para novos desenvolvimentos na oferta e para uma maior valorização dos elementos de segurança e poupança de custos na aceitação de pagamentos, elementos estes oferecidos pela Unicre.

O mercado de pagamentos e serviços financeiros continua a evoluir aceleradamente, e as perspectivas futuras configuram cenários de alteração significativa dos modelos de negócio, não apenas em Portugal, mas também a nível internacional.

O programa delineado a nível europeu no sentido do estabelecimento da Single Euro Payments Area (SEPA) continua a avançar.

O grau de incerteza remanescente em relação às implicações ao nível dos modelos de negócio e da estrutura do mercado de meios de pagamento na Europa condiciona a tomada de decisões estratégicas a prazo.

A atenção regulatória, dirigida ao sector financeiro em geral, e aos pagamentos em particular, mantém-se, não apenas no plano doméstico, mas também a partir da Comissão Europeia — sendo inquestionavelmente bem vindas as preocupações, que parecem nortear esta

atenção regulatória, de garantia de equidade e transparência no efectivo funcionamento dos mercados.

A diversidade de esforços em curso e das orientações resultantes dos desenvolvimentos que se vão verificando a nível internacional acrescem aos já significativos níveis de incerteza no mercado.

No mercado dos serviços financeiros e dos pagamentos, as tendências de consolidação e internacionalização na Banca mantêm-se, ao passo que em várias áreas de negócio os especialistas se afirmam com relevo crescente.

É incontornável a necessidade de garantir a competitividade do modelo de negócio da empresa e afirmar as suas mais-valias próprias para cada um dos diferentes *stakeholders*.

A concorrência é intensa, não apenas nas suas formas mais convencionais. Na emissão, os esforços da concorrência por diferenciação de produto e pressão sobre os preços são bem visíveis. No *acquiring*, quer o mais importante esquema doméstico (cartões Multibanco) quer os operadores dos esquemas internacionais representados pela Unicre têm ganho em quota de crescimento.

Capacidade de antecipação, proactividade na diferenciação da oferta e atenção estrita aos *drivers* de rentibilidade do negócio são cada vez mais instrumentos de sobrevivência.

As estruturas de receitas dos negócios em que a Unicre está presente encontram-se em transformação, acrescentando a todos os fenómenos atrás discutidos pressões económicas, como a tendência para a subida das taxas de juro e o estreitamento dos *spreads* sobre activos de risco.

Precisão e elevada competência técnica na execução requerem níveis cada vez mais exigentes de adequação tecnológica e operativa.

#### Perspectivas futuras:

A própria Unicre evoluiu na sua natureza e, a 1 de Janeiro de 2006, passou a actuar sob a forma legal de IFIC. Com este novo enquadramento, está agora ao alcance da empresa um conjunto de oportunidades de negócio adicionais, que irá procurar explorar de forma rendível, tirando partido das suas capacidades e experiência actuais.

Foi já desenvolvida uma reflexão no sentido da preparação de um plano de negócios de suporte ao desenvolvimento das oportunidades que a Unicre julga ter ao seu alcance, tanto ao nível da revitalização do seu actual negócio de emissão de cartões de crédito, como ao nível do negócio de concessão de crédito, com particular incidência no crédito pessoal a novos segmentos de clientes.

O negócio do *Acquiring* está igualmente a ser objecto de revisão, incorporando a evolução que se tem vindo a fazer sentir na estrutura do consumo e nas necessidades dos comerciantes, bem como os mais recentes desenvolvimentos no âmbito internacional, com natural ênfase na eficiência e na exploração das virtualidades do modelo de especialista.

A área de sistemas de informação irá também ser alvo de uma revisão de fundo, actualizando as ferramentas e *packages* informáticos de suporte ao negócio-base e adquirindo as capacidades adicionais necessárias aos desenvolvimentos dos negócios entretanto decididos.

Sendo importantes as preocupações de contenção de custos, a tónica de fundo incidirá na adequação dos sistemas aos negócios, preservando activos importantes presentes na actual configuração dos sistemas, nomeadamente no relacionamento com a plataforma tecnológica Multibanco, e reforçando módulos crescentemente importantes, como o da gestão de risco.

Internamente, a Unicre prosseguirá a eliminação de carga administrativa e não especializada, optimizando processos-chave, como a actuação comercial, e valorizando os seus recursos humanos nas áreas críticas.

Como corolário quase incontornável de um conjunto de perspectivas futuras de crescimento e transformação, a Unicre irá igualmente debruçar-se sobre a oportunidade de levar a cabo um exercício de *rebranding* e revisão de imagem.

#### Principais marcos históricos:

1974:

Um despacho do Secretário de Estado do Tesouro, de 27 de Fevereiro, autorizou a constituição da Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.

Estava assim cumprido o requisito legal estabelecido a 23 de Maio de 1973 pela portaria 360/73 (A portaria n.º 360/73 revogou o primeiro diploma do corpo legislativo português relacionado com a actividade dos cartões de pagamento, a portaria n.º 644/70, de 16 de Dezembro), que regularia, entre o mais, a actividade de emissão de cartões de crédito e a celebração dos respectivos contratos com as marcas internacionais e com os estabelecimentos comerciais. O exercício da actividade de emissão de cartões de crédito em território nacional ficou

sujeito a autorização prévia do Secretário de Estado do Tesouro, ouvido o Banco de Portugal.

A 17 de Abril, no 3.º cartório notarial de Lisboa, representantes dos bancos Borges & Irmão, Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Fonseca & Burnay, Nacional Ultramarino, Português do Atlântico e Totta & Açores assinaram a escritura de constituição de uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, denominada Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A. R. L. O capital social era de 18 000 contos.

Os estatutos iniciais da Unicre dispunham no seu artigo 3.º que constitui seu objecto a concessão de crédito mediante a emissão de cartões individuais de identificação, bem como a celebração de todos os contratos e prestação de serviços para isso necessários, e ainda a celebração de acordos e intercâmbio com organizações congéneres estrangeiras e nacionais.

Em Agosto deu-se início à actividade de Acquiring na rede Unibanco (apenas de cartões MasterCharge, ainda só estrangeiros), com 18 transacções no primeiro dia.

Seguiu-se, em 4 de Novembro do mesmo ano, o nascimento do cartão Unibanco.

1975:

Por decisão governamental, foi proibida a utilização dos cartões de crédito no estrangeiro.

Esta proibição manter-se-ia para as empresas até ao ano de 1982 e para os particulares até ao ano de 1986.

Simultaneamente, ao abrigo de um despacho do Secretário de Estado do Tesouro, de 19 de Dezembro, o Governo constituiu um grupo de trabalho dedicado ao estudo de todos os problemas que levanta a integração numa única entidade que coloque ao serviço da economia nacional todos os sistemas de cartões de crédito existentes no país e da proposição de forma prática de dar seguimento a essa integração.

1977:

No seguimento do despacho de 1975, e com base nas sugestões apresentadas pelo grupo de trabalho, o Despacho Normativo n.º 220/77, de 12 Novembro, do Secretário de Estado do Tesouro, veio determinar a extinção das empresas Unicre e Diners Club Português, S. A. R. L., sendo criada, em sua substituição, uma instituição par bancária destinada à exploração dos cartões de crédito e constituída uma comissão instaladora da nova empresa, para a qual as empresas Unicre, Diners Club Português, S. A. R. L. e Banco Pinto & Sotto Mayor, nomearam três colaboradores cada uma, cabendo ao Banco de Portugal designar um representante para coordenar os trabalhos da comissão, em articulação com a Secretaria de Estado do Tesouro.

1979:

O Despacho Normativo n.º 220/79, do Secretário de Estado do Tesouro, revogou o Despacho Normativo n.º 220/77, por se considerar que se encontravam alteradas as circunstâncias que o motivaram, nomeadamente uma recomendação do Banco de Portugal relativamente ao inconveniente de eliminar a concorrência neste campo e a conclusão de que a existência de dois cartões de crédito nacionais era suficiente para permitir um saudável espírito de concorrência, sem prejudicar o rigoroso controle desta actividade.

Este despacho normativo estabeleceu que o Diners Club Português deixaria de poder emitir o respectivo cartão de crédito a partir de 31 de Julho desse ano, devendo terminar a circulação dos respectivos cartões até 31 de Dezembro. Já o cartão nacional Sottomayor, emitido pelo Banco Pinto & Sotto Mayor no âmbito do sistema Visa, manteve-se em vigor.

Quanto à Unicre, é autorizada a emitir um novo cartão de crédito para uso exclusivo de residentes em território nacional, que adoptará a denominação Cartão Unibanco e que terá uma imagem gráfica baseada nas cores nacionais e deverá proceder à alteração dos actuais estatutos, por forma a permitir a entrada como accionistas das instituições de crédito que o desejem.

Ainda no seguimento destas disposições, a Unicre foi mandatada para negociar contratos de representação com a American Express, a Carte Blanche e o Diners Club Internacional, para aceitação dos cartões com estas marcas na rede de estabelecimentos Unibanco.

Foi também permitida a adesão ao sistema Visa às instituições financeiras que o desejassem. No entanto, nenhum residente em território nacional poderia dispor de mais de um cartão emitido no âmbito do sistema Visa.

Ainda em 1979, o Crédito Predial Português tornou-se o sétimo accionista da Unicre.

1980:

A Unicre, procurando já assegurar aos seus clientes um nível de serviço de elevada qualidade e distinção, deu início à publicação da revista *Unibanco*.

1981:

A Unicre instalou no Algarve (em Faro) um delegado comercial residente.

Pelo Despacho Normativo n.º 139/81, de 23 de Abril, a Unicre foi autorizada a aderir à Visa International.

1982:

Foram emitidos os primeiros cartões Unibanco com a marca Visa, e todos os cartões Unibanco passam a adoptar a tecnologia da tarja magnética.

Em Junho, teve lugar a abertura em instalações próprias (no n.º 21 da Rua Baptista Marçal, em Faro) da delegação comercial da Unicre no Algarve.

O Governo, pelo Despacho Normativo n.º 77/82, de 3 de Maio, autorizou a utilização de cartões nacionais no estrangeiro, pondo fim à proibição legal consagrada no despacho de 4 de Fevereiro de 1975, mas apenas no que concerne ao cartão-empresa (a favor de colaboradores, empregados e/ou funcionários de empresas e organismos públicos), para utilização exclusiva na liquidação de serviços prestados por hotéis, restaurantes, empresas de transporte, empresas de aluguer de automóveis e empresas de abastecimento de combustíveis.

Com a entrada da Caixa Geral de Depósitos e da União de Bancos Portugueses, o número de accionistas da Unicre aumentou para nove.

1983:

A Unicre transferiu-se para o actual edifício sede, na Av. António Augusto de Aguiar, 122, em Lisboa.

1984:

O Governo, em despacho normativo de 30 de Março, determinou o fim do período experimental de vigência do esquema de cartões de crédito, caracterizado pela existência de duas entidades de cartões, ambas integradas no sistema Visa: a Unicre e o Banco Pinto & Sotto Mayor, pois considerava que não se justificava, nomeadamente, a duplicação de áreas de crédito e controlo de fraude e o enfraquecimento da capacidade negocial face às organizações estrangeiras envolvidas. Promoveu então a admissão do Banco Pinto & Sotto Mayor no círculo de sócios da Unicre, passando a integrar a instituição todos os bancos públicos, com excepção do Banco de Fomento Nacional.

A 30 de Março, a operação Cartão Sottomayor foi integrada na Unicre, passando o Cartão Unibanco a ser o único emitido em Portugal.

1986:

A Unicre iniciou a aceitação nos estabelecimentos do primeiro cartão de débito de marca internacional emitido em Portugal, o Cartão Totta Gold.

A 31 de Maio, os cartões Unibanco foram autorizados a retomar a emissão com validade internacional.

Em Agosto, passaram a ser aceites nos estabelecimentos da rede Unibanco os cartões do sistema internacional JCB.

1987:

A Unicre instalou nos estabelecimentos da sua rede o SARA — Serviço Automático de Reconhecimento de Autorizações, o primeiro sistema electrónico a permitir aos comerciantes acederem automaticamente ao serviço de autorizações.

1988:

O Governo, pelo despacho normativo de 25 de Maio, autorizou as instituições de crédito a efectuarem operações próprias e autónomas face à Unicre no quadro da emissão de cartões de crédito, extinguindo-se desta forma o período de exclusivo legal da Unicre no âmbito da emissão. As instituições de crédito que o desejassem ficavam igualmente autorizadas a emitir cartões de crédito em associação com a Unicre. O Governo extinguiu ainda a interdição legal de os residentes em território nacional disporem de mais de um cartão, referindo o seguinte: dá-se assim mais um passo no caminho da liberalização do sistema financeiro, mantendo todavia ainda o princípio de uma rede

única de estabelecimentos comerciais no país da competência da Unicre, de forma a reforçar os sistemas de segurança deste meio de pagamento. Em síntese, o Governo determinou que as instituições bancárias passavam a poder emitir cartões de crédito, mas a Unicre continuava a ser a única entidade legalmente habilitada a contratar com os comerciantes a respectiva aceitação.

A 7 de Dezembro foram inauguradas as actuais instalações da Unicre na cidade do Porto, na Avenida da Boavista.

1990:

Em Abril, a Unicre instalou os primeiros terminais de pagamento automático nos estabelecimentos da rede Unibanco.

1991:

Realizou-se a primeira emissão do cartão Unibanco Gold.

Pelo despacho normativo de 10 de Maio, o Governo autorizou os emissores de cartões a celebrarem contratos com estabelecimentos comerciais e a gerirem a respectiva rede comercial, cessando, desta forma, o período de exclusivo legal da Unicre no âmbito do *acquiring*.

1993:

A rede de aceitação de cartões gerida pela Unicre (rede Unibanco) passou a denominar-se Redunicre.

1994:

A Unicre, dando continuidade a um esforço de cobertura progressiva do país, inaugurou os seus escritórios no Funchal.

1996:

Primeira presença da Unicre na Internet, com a criação do site [www.unicre.pt](http://www.unicre.pt)

Iniciou-se a aceitação de cartões da marca Tarjeta 6000 (actualmente, Euro 6000) nos estabelecimentos da Redunicre.

1998:

A 21 de Abril, realizou-se, através da Redunicre, a primeira transacção em Portugal de Comércio Electrónico Seguro (protocolo SET), bem como a primeira transacção paneuropeia sob o mesmo protocolo.

Pela primeira vez, o total geral das transacções com cartões através da Unicre ultrapassou o milhar de milhões de contos. Também pela primeira vez, o número de transacções foi superior à centena de milhões.

2001:

A 19 de Setembro foi lançado o MBNet, serviço de pagamentos seguros através da Internet.

Mantendo a tradição de proporcionar um serviço de elevada qualidade aos seus clientes, a Unicre iniciou o serviço de *homebanking* para os clientes Unibanco — o Unibanco Connect.

2002:

Por deliberação do conselho de administração, foi constituída uma comissão executiva, composta por três administradores.

A Redunicre iniciou a disponibilização massiva de terminais portáteis GSM.

No âmbito do serviço de *homebanking*, o Unibanco lançou um serviço inovador de *messaging* através dos canais Internet e redes de telefones móveis.

2003:

A Redunicre iniciou a adaptação e/ou substituição dos terminais de pagamento automáticos dos estabelecimentos para aceitarem cartões com *chip* EMV incorporado.

Foram celebrados os primeiros contratos para uma das vertentes de comércio electrónico mais utilizadas e geradoras de tráfego *on line*: o *ticketing*.

2004:

O conselho de administração da Unicre passou a ser constituído por três administradores não representantes de qualquer accionista em particular.

O Banco de Portugal autorizou, em 29 de Junho, a constituição de uma instituição financeira de crédito, por transformação da Unicre —

Cartão Internacional de Crédito, S. A., bem como a alteração da sua denominação para Unicre — Instituição Financeira de Crédito, S. A.

A Unicre deu início à aceitação em Portugal de transacções sob o protocolo EMV, quer levantamentos em ATMs quer pagamentos em TPAs.

25 anos após o seu arranque, a *Revista Unibanco* atingiu o 100.º número — um caso singular de longevidade no panorama editorial português das publicações destinadas a clientes de uma empresa.

2005:

Em Setembro, o Unibanco lançou o primeiro *minicard* no nosso país e um dos primeiros na Europa e no mundo, denominado Unibanco Visa mini. 43% mais pequeno que os normais cartões de crédito é um típico produto inovador, destinado à recém-denominada 3.ª geração — urbana, dinâmica, activa, com liberdade de movimentos, que está na moda, que preza a individualidade e corre contra o tempo.

Por escritura pública, em 5 de Dezembro foram formalizadas alterações aos estatutos da empresa: a Unicre viu a sua forma legal alterada para IFIC (Instituição Financeira de Crédito), o capital social aumentado para 10 milhões de euros e passaram a poder ser accionistas da empresa quaisquer pessoas singulares ou colectivas.

A 14 de Dezembro foram efectuadas as correspondentes inscrições no registo comercial e no Banco de Portugal.

2006:

Teve início, a 1 de Janeiro, a actividade da Unicre sob a forma legal de IFIC, conforme definido nos Decreto-Lei n.º 186/2002, de 21 de Agosto, e no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

#### 4 — Parcerias e patrocínios

Ao longo do ano objecto deste relatório realizaram-se diversas actividades de consolidação de parcerias com associações empresariais e organismos representativos. Dessas iniciativas, destacamos:

O patrocínio e apoio editorial à revista *Comércio de Lisboa*, editada bimestralmente pela União de Associações do Comércio e Serviços (UACS), publicação com vasta penetração entre os empresários da região onde se situa o maior número de comerciantes do sector lojista aderentes à Redunicre;

O patrocínio da revista *Hotelaria*, editada pela União das Associações de Hotelaria e Restauração do Norte de Portugal (UNIHSNOR), outra publicação com grande audiência entre os empresários dos diferentes ramos do sector turístico em todo o norte do país;

O patrocínio do 2.º Congresso do Turismo de Portugal, no âmbito do qual a Unicre apresentou uma exposição documental no *showroom*, baseada em depoimentos de vários empresários com estabelecimentos aderentes à Redunicre. Neste mesmo evento, a nossa empresa apresentou um estudo exclusivo sobre a hotelaria portuguesa e a Internet, cujo trabalho de campo foi executado por encomenda a uma empresa especializada em estudos de *marketing on line* e que mereceu ampla referência nos órgãos da comunicação social;

O patrocínio de duas palestras integradas no programa do Fórum de Economia, comemorativo dos 140 anos da Associação Comercial de Braga (ACB) e o apoio ao ciclo de sessões de formação sobre requalificação do comércio, desta mesma associação, sem dúvida a mais dinâmica de todas as instituições representativas dos comerciantes em Portugal;

O patrocínio da Campanha de Natal do Comércio do Porto, iniciativa tradicional da responsabilidade da Associação dos Comerciantes do Porto e que visa dinamizar as vendas nas principais zonas comerciais da cidade naquela quadra festiva;

O patrocínio da Gala do Instituto de Negociação e Vendas, em 8 de Novembro, evento durante o qual foram distribuídos pela primeira vez os prémios Masters da Negociação;

A presença na Bolsa de Turismo de Lisboa, durante o mês de Janeiro, em espaço da Associação dos Industriais de Hospedagem de Portugal;

O patrocínio do XXXI Congresso Nacional dos Agentes de Viagens e Turismo, realizado em Novembro/Dezembro;

O apoio à actividade pedagógica da Escola de Comércio de Lisboa mediante a atribuição do Prémio Unicre para o Melhor Aluno do Curso de Técnico de Promoção de Vendas e do Prémio Redunicre para o Melhor Projecto do Curso de Especialização Profissional em Vitrinismo, Exposição e Merchandising;

Em virtude de a Unicre ser membro fundador da Comissão B2C e patrocinador principal da Associação do Comércio Electrónico em Portugal (ACEP), participou na organização de diversas iniciativas

desta associação. Numa extensão da actividade da ACEP, foi também dado apoio ao lançamento de uma associação autónoma que teve como principal actividade a divulgação da factura electrónica como factor importante da modernização empresarial;

Pelo sétimo ano consecutivo, a Unicre promoveu, com o contributo técnico de uma empresa portuguesa especializada em estudos de *marketing* do Comércio Electrónico, a realização e publicação dos Estudos As Lojas Portuguesas na Internet e Os Hábitos de Consumo dos Portugueses na Net;

Outro projecto em que a Unicre teve participação destacada em 2005 foi a criação do Código de Ética para o Comércio e Serviços, lançado sob a égide da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), que solicitou à nossa empresa a colaboração de diversos quadros para a sua redacção, divulgação e implantação.

## 5 — Responsabilidade social

No seu Livro Verde, divulgado em 2001, com o título Promover Um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas, a Comissão Europeia definiu a responsabilidade social empresarial como sendo a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interacção com outras partes interessadas.

A Unicre, que desde sempre se tem empenhado em assumir uma postura inovadora na forma de estar no mercado, seja ao nível dos produtos e serviços disponibilizados seja na condução da sua política de natureza institucional, fez em 2005 um forte investimento em acções e projectos de responsabilidade social, sob o lema Unicre Solidária.

No âmbito de uma parceria que desde 1995 se tem traduzido em iniciativas de apoio à Liga Portuguesa Contra o Cancro, destacamos, no exercício em apreço, duas campanhas:

Durante o período estival, o patrocínio exclusivo (sob a marca Unibanco) da campanha de prevenção do cancro da pele, intitulada Viva o Verão sem Escaldão. Ao longo de toda a costa portuguesa, foram percorridas mais de 200 praias, num esforço de sensibilização para os efeitos nocivos da exposição solar excessiva, complementado com uma comunicação específica a toda a carteira de clientes do cartão Unibanco e com a distribuição de um milhão de folhetos informativos pelo correio;

No final do ano, coincidindo com a tradicional intensificação das compras na quadra natalícia, uma campanha baseada na atribuição de um cêntimo por cada compra efectuada nos estabelecimentos aderentes da Redunice, a favor do Programa de Rastreamento do Cancro da Mama da referida Liga. O montante apurado está a permitir estender aquele benefício a mais de 12 000 mulheres em todo o país, particularmente nas regiões mais carenciadas de apoio e cuidados médicos.

Ainda em 2005, foi possível, uma vez mais, a mobilização dos trabalhadores da empresa para uma dádiva de sangue a favor das crianças assistidas pelo Instituto Português de Oncologia.

Graças à dinâmica gerada pela participação em grupo e apelo ao sentimento solidário, foi possível levar já cerca de um terço do universo total dos trabalhadores a participarem nesta generosa iniciativa, que se repete todos os anos.

Ao longo do ano, a direcção de emissão promoveu entre os clientes Unibanco uma iniciativa de angariação de bens de primeira necessidade, denominada Ter é poder ajudar, bens que reverteram a favor de diversas instituições particulares de solidariedade social. Esta acção realizou-se em duas fases:

De Maio a Julho, pretendeu-se reforçar o trabalho de quem voluntariamente, e em conjunto com médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e assistentes sociais, luta para minorar graves carências de crianças e mães através da prestação de cuidados básicos e essenciais. Nesta primeira parte da iniciativa, com contribuições de clientes e empresas, foram entregues à Ajuda de Mãe e à Associação de Ajuda ao Recém-Nascido (A.A.R.N.) mais de 1000 quilos de roupa, 800 quilos de brinquedos, 230 quilos de sapatos, 600 latas de leite, 250 pacotes de fraldas descartáveis, mais de 400 biberões e 200 chupetas;

De Setembro a Outubro, procurou-se apoiar instituições que desenvolvem projectos na área da educação e ocupação de tempos livres de crianças e jovens. Nesta segunda fase, foram recolhidos 280 quilos de cadernos escolares e resmas de papel; 22 quilos de lápis, canetas, borrachas, guaches, régua, esquadros; mais de 1100 quilos de jogos didácticos e brinquedos; 850 quilos de livros de leitura variados; aproximadamente 480 quilos de livros escolares; e diversos instrumentos musicais. Este material foi distribuído entre o Centro Paroquial Nuno Álvares Pereira de Camarate e o Centro Paroquial de S. Silvestre do Gradil.

## Envolvente macroeconómica

### A economia mundial

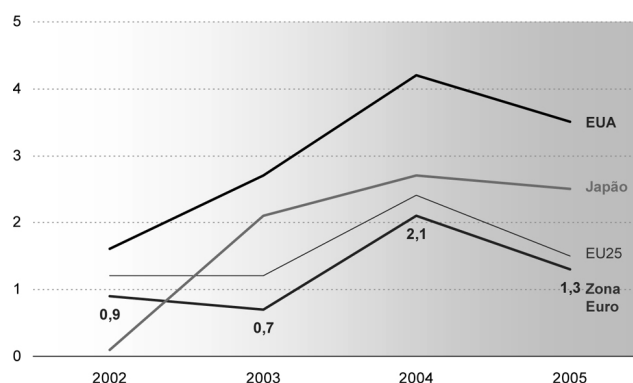
O crescimento da economia mundial abrandou ao longo de 2005, reflectindo factores crescentemente globais, como a subida dos preços do petróleo e limitações de capacidade em recursos.

Na Europa, em termos de variação média anual, o Eurosistema estima que o crescimento real do PIB se tenha situado nos intervalos de 1,2% a 1,6% em 2005.

Com efeito, a área do euro continuou a apresentar crescimentos comparativamente fracos, fruto de uma procura pouco dinâmica e da ausência de sinais de melhoria forte e sustentada da confiança dos consumidores e empresários.

### Taxa de crescimento real do PIB

(Preços constantes 2000. Percentagem de variação sobre o ano anterior)



Fonte. — Eurostat.

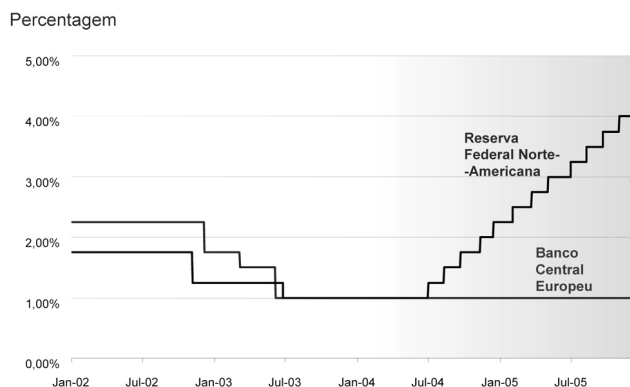
Os ajustamentos cambiais verificados nos mercados internacionais ao longo dos últimos anos registaram uma pausa em 2005. Em particular, a desvalorização do dólar relativamente às principais divisas, entre as quais o euro, susteve-se. Apesar da relativa apreciação do dólar, alguns dos desequilíbrios que têm estado na origem da pressão sobre a moeda norte-americana (défice da balança corrente dos Estados Unidos, subida dos preços do petróleo) agravaram-se em 2005.

Enquanto estes desequilíbrios globais permanecerem, o dólar irá provavelmente continuar sob pressão.

As taxas de juro de curto prazo subiram ao longo do ano e a expectativa é que esta tendência se mantenha, na medida em que a política monetária continue restritiva nos Estados Unidos e, eventualmente, na Europa.

Em Novembro, os objectivos estabelecidos nos Estados Unidos para a taxa dos fundos federais correspondia já a um aumento acumulado de três pontos percentuais desde Junho de 2004. Na reunião de 1 de Dezembro de 2005, o conselho do BCE decidiu aumentar as taxas de juro oficiais em 0,25%, após terem permanecido inalteradas por um período de cerca de dois anos e meio em níveis historicamente baixos.

### Evolução das taxas de referência



Fonte. — ECB, Federal Reserve.

Em contraste, as taxas de juro de longo prazo permaneceram baixas, embora a expectativa continue a ser no sentido da sua subida. Os *spreads* em activos de maior risco têm continuado a cair e os diferenciais de rentabilidade da dívida privada face à dívida pública não registaram alargamentos.

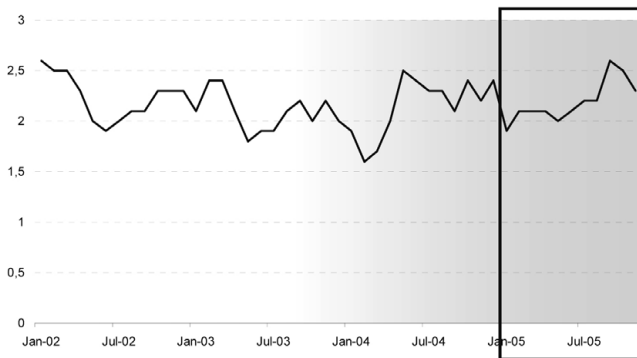
Na zona euro, a variação anual do crédito total concedido a residentes aumentou para 7,7% em Outubro, em resultado da aceleração, quer do crédito concedido ao sector privado, quer do crédito concedido às administrações públicas. De acordo com dados não corrigidos em função da sazonalidade, os empréstimos às sociedades não financeiras mantiveram um elevado ritmo de crescimento (7,1% em Outubro).

Apesar das subidas da inflação registadas nos países em vias de desenvolvimento (segundo o Banco Mundial, ponderada pelo PIB, a inflação nos países em vias de desenvolvimento foi de 5,4% em Julho de 2005, face a 4% no 4.º trimestre de 2003), nos países desenvolvidos, particularmente nos Estados Unidos e na Europa, as indicações de subida da inflação são ainda ténues. Globalmente, estima-se que em 2005 a inflação nas principais economias avançadas tenha sido pouco superior a 2%.

Na área do euro, a inflação, medida pela variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou aumentos de valores próximos de 2% na primeira metade de 2005, subindo para 2,6% em Setembro e voltando a registar uma quebra em Novembro. Apesar da subida dos preços do petróleo, da subida (contida) dos salários e do fraco crescimento da produtividade, os efeitos desinflationistas da apreciação do euro, da redução dos preços de importações de bens de consumo e do reduzido crescimento da economia foram dominantes.

### Inflação na zona euro

(IHPC Geral. Taxa de variação anual)



\* Dados mensais, sem ajustes para sazonalidade ou número de dias úteis.

Fonte. — SAP; Análise GAE.

Os principais mercados accionistas registaram valorizações ao longo de 2005, reflectindo expectativas de lucros elevados. Na área do euro, verificaram-se valorizações das acções na generalidade dos sectores de actividade e de forma mais marcada no sector energético. Nos Estados Unidos, as valorizações concentraram-se nos sectores energético e tecnológico.

Receios quanto ao impacto dos elevados preços do petróleo sobre os resultados das empresas, bem como uma revisão em alta das expectativas quanto às taxas de juro na área do euro e nos Estados Unidos, acabaram, no entanto, por se reflectir na correcção das valorizações bolsistas ao longo da segunda metade do ano.

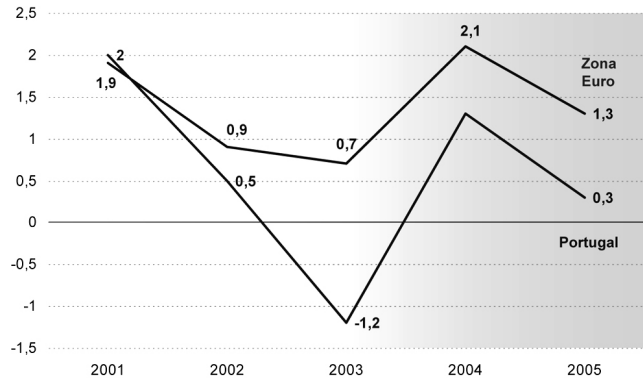
### A economia portuguesa

Segundo o boletim económico de Inverno do Banco de Portugal, as previsões para o crescimento económico em 2005 estão centradas em 0,3%, uma desaceleração face ao crescimento de 1,3% registado em 2004. De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto registou uma taxa de variação homóloga real de 0,2% no 3.º trimestre de 2005 (0,4% no trimestre anterior). Assinala-se a forte influência de choques económicos como o aumento extraordinário do preço do petróleo, que afectou a economia portuguesa mais que a de outros países europeus e que o Banco de Portugal estima que tenha tido um impacto correspondente a uma redução de 0,6 pontos percentuais no crescimento ao longo do ano.

Em 2005 registou-se o 4.º ano consecutivo em que o PIB português apresentou uma variação inferior à verificada no conjunto da área do euro.

### Taxa de crescimento real do PIB

(Percentagem. Taxa de variação real)



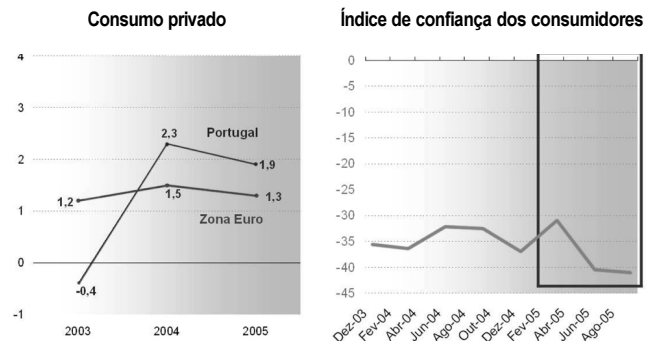
Fonte. — Banco de Portugal, OCDE.

A desaceleração da economia portuguesa em 2005 resultou de uma diminuição acentuada do contributo da procura interna para o crescimento do PIB, decorrente, em especial, da quebra do investimento e do abrandamento do consumo público.

O consumo privado deverá ter registado um crescimento real de 1,9% em 2005, o que representa uma ligeira desaceleração face ao observado no ano anterior. Tal como em 2004, também se estima que o consumo privado tenha registado um crescimento mais forte do que o verificado na área do euro.

### Consumo privado e índice de confiança dos consumidores

(Percentagem. Taxa de variação real. V. E.)



\* Em Outubro de 2003, iniciou-se uma nova série do Índice de Confiança dos Consumidores V. E. (valor estimado).

Fonte. — Banco de Portugal, OCDE e INE.

Apesar de o contributo líquido do comércio externo (exportações menos importações) ter aumentado muito ligeiramente, observou-se uma forte quebra do crescimento das exportações, de 5,4% em 2004 para 1,8% no ano passado. Globalmente, no que respeita às contas com o exterior, as necessidades de financiamento externo da economia portuguesa registaram um aumento significativo, passando de 3,7% do PIB para 5,9% em 2004 e para um valor estimado de 8,2% em 2005. Esta evolução reflecte igualmente os efeitos dos enormes aumentos do preço do petróleo registados desde 2003. Excluindo os bens energéticos, o défice da balança de transacções correntes teria tido uma trajectória descendente durante todo o período.

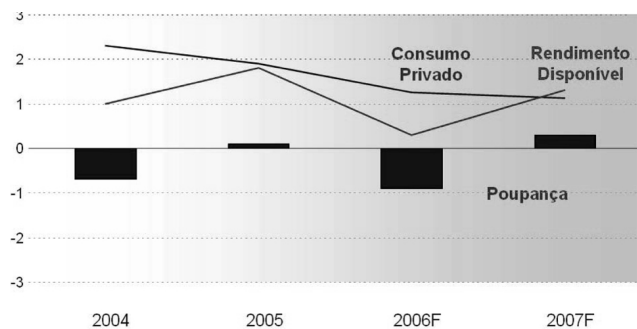
Em 2005, as taxas de juro médias sobre saldos dos empréstimos bancários ao sector privado não financeiro permaneceram próximas dos níveis registados no segundo semestre do ano anterior.

Após a queda significativa registada em 2004, a taxa de poupança deverá ter estabilizado em 2005. O endividamento dos particulares manteve durante o ano um ritmo de crescimento assinalável, devendo registar um aumento na ordem dos seis pontos percentuais face ao valor observado em 2004, que já era bastante elevado em termos

internacionais. A taxa de variação dos empréstimos concedidos por instituições financeiras residentes registou valores da ordem dos 8,6% no final do 1.º semestre de 2005, que compara com 9,7% em Dezembro de 2004.

Registou-se um forte dinamismo no segmento do crédito à habitação, ao passo que os empréstimos contraídos para consumo e outros fins que não a aquisição de habitação registaram taxas de crescimento mais moderadas.

**Taxa de poupança, consumo privado e rendimento disponível dos particulares**  
(em percentagem — taxa de variação anual)



Fonte. — Banco de Portugal.

Em 2005, segundo o Banco de Portugal, a taxa de inflação média anual, medida pelo IHPC, deverá ter-se reduzido em 0,3 pontos percentuais, para 2,2% (totalmente em linha com o previsto para a zona euro), incorporando já os impactos do aumento da taxa normal do IVA e da reversão dos efeitos associados à realização do Campeonato Europeu de Futebol, em Junho de 2004. A semelhança do verificado noutras economias, o impacto da subida do preço do petróleo sobre os preços no consumidor tem sido parcialmente compensado pela diminuição dos preços de importação de vários tipos de bens, associada à participação crescente de produtores a baixos custos no mercado mundial.

O mercado de capitais manteve em 2005 a tendência de valorização, em linha com o verificado noutros países da área do euro. No conjunto do ano de 2005, o índice bolsista português aumentou 17,2%, enquanto o índice referente à área do euro cresceu 23% (em termos de valores de fim de período), num contexto em que os níveis de volatilidade permaneceram reduzidos.

Este crescimento esteve em linha com a evolução apresentada pelo índice Dow Jones Euro Stoxx da área do euro em igual período, e representa um abrandamento face à valorização accionista observada em 2004.

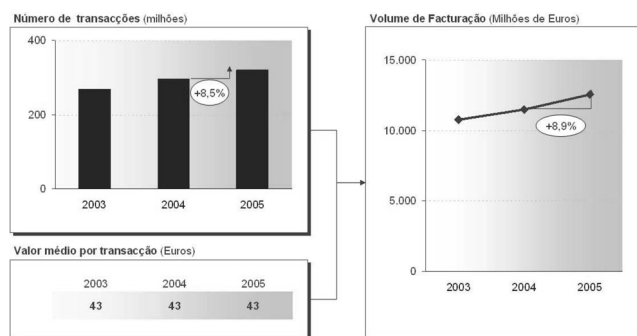
De acordo com informação disponibilizada pelo Banco de Portugal, ao longo de 2005 o mercado de trabalho caracterizou-se por uma ligeira perda de emprego, tendo a taxa de emprego atingido os 7,6% (mais 0,9 p. p. que em 2004).

**A actividade da Unicre**

**1 — Análise da actividade por negócio em 2005**

**1.1 — Acquiring:**

**Volumes movimentados na Redunicre**



Fonte. — Unicre.

**Síntese da actividade:**

O ano de 2005 foi, para o Acquirer Redunicre, um ano de foco em dois objectivos-chave: manter o crescimento e aumentar a eficiência, na sequência da nova lógica de proposta comercial começada a implementar em 2004.

O volume de facturação adquirida cresceu cerca de 9%, em linha com o registado no ano anterior.

A facturação com cartões estrangeiros registou um crescimento médio anual de 11% (apesar da desaceleração face ao crescimento de 15% no ano anterior). A facturação com cartões nacionais, por sua vez, cresceu globalmente 8,6% (8,4% no ano anterior), com especial relevo para a facturação realizada com cartões de débito, que cresceu 9,1%.

Registe-se, no entanto, que embora a facturação com cartões de crédito tenha crescido mais moderadamente (7,7%, em média anual), registou uma aceleração de 40 pontos base face ao crescimento demonstrado em 2004.

Para o desempenho da facturação com cartões estrangeiros, terão contribuído o afluxo de turistas ao nosso país em 2005, 4% acima do verificado em 2004 (número de dormidas na hotelaria e similares em Portugal de residentes no estrangeiro. (Fonte: indicadores estatísticos gerais INE, dados provisórios Janeiro a Novembro de 2005), e a provável tendência crescente no número de estrangeiros a residir em Portugal. Este desempenho, por seu turno, confirma a importância para o comércio nacional da aceitação dos cartões das marcas de que a Unicre é *acquirer*.

Em 2005 foram efectuadas alterações nas tabelas de descontos para os estabelecimentos da Redunicre, continuando o movimento de ajustamento em baixa, resultado de um empenhado esforço de eficiência que tem vindo a ser prosseguido pela Unicre (e pelos emissores, esforço reflectido no ajustamento das *interchange fees* que auferem). Sem pôr em causa a qualidade sempre demonstrada, a empresa pretende manter-se competitiva, sobretudo num cenário prospectivo de integração europeia dos sistemas de pagamentos.

De facto, a Unicre tem, num cenário destes e pela sua reduzida escala no espaço europeu, uma desvantagem competitiva de partida que lhe exige um nível de eficiência superior aos dos seus concorrentes de maior dimensão.

Assim, entre 2004 e 2005 os descontos mais elevados foram reduzidos de 2,5% para 1,8% nos cartões de débito, e de 4,5% para 3% nos cartões de crédito.

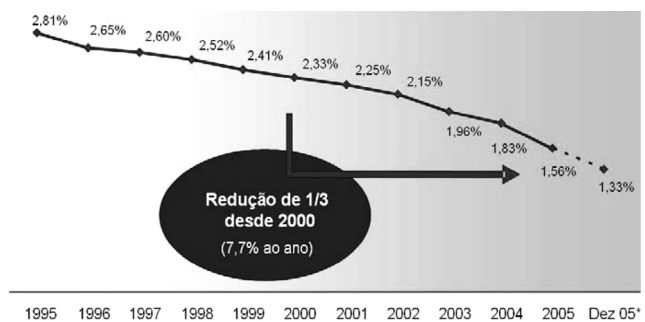
Adicionalmente, ainda em Dezembro, procedeu-se à implementação de um novo modelo de precário, com a abolição da diferenciação de sector de actividade, e com a introdução de um valor máximo absoluto de desconto por transacção nas compras com cartões de débito.

No seu conjunto, estas alterações de tarifários traduziram-se numa redução da taxa média de desconto da Redunicre de 1,83% em 2004 para 1,56% em 2005, ou seja, uma redução de 14,75%.

**Factores de relevo na evolução das taxas de desconto:**

A redução das taxas de desconto verificada ao longo de 2005 reflecte um esforço de longa data por parte da Unicre, esforço esse que, desde 2000, permitiu uma redução de cerca de um terço no nível das taxas médias de desconto (cerca de: 8% ao ano).

**Evolução das taxas médias de desconto da Unicre**



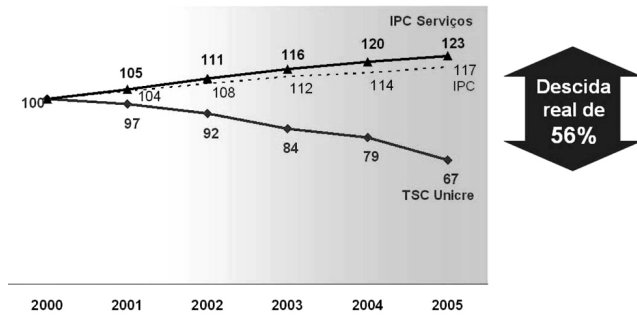
(\* ) Taxa média de desconto calculada com facturação de um ano inteiro utilizando o tarifário publicado em Dezembro de 2005.

Este esforço de redução das taxas de desconto ocorre num contexto de sucessivos aumentos do índice de preços do consumidor, especialmente acentuados em Portugal pela pressão dos preços da energia e pelo aumento do IVA.

A descida real das taxas de desconto da Unicre foi de 56% entre 2000 e 2005.



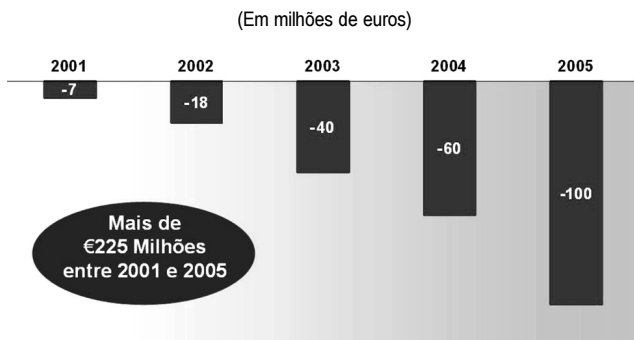
**Descida das taxas de desconto da Unicre face ao nível de preços**



Fonte. — Unicre, Banco de Portugal, INE.

Esta evolução das taxas de desconto traduziu-se numa maior captura de valor por parte das empresas dos estabelecimentos da Redunicre, sendo que entre 2001 e 2005 a redução efectiva de custos para os estabelecimentos foi de mais de 225 milhões de euros.

**Poupanças para os estabelecimentos em resultado da baixa das taxas de desconto (a)**

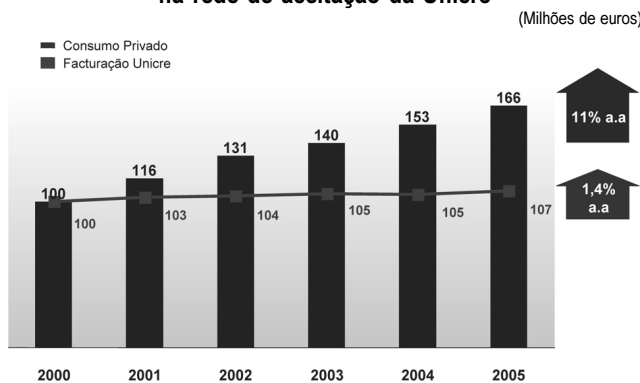


(a) Facturação do ano (taxa média de desconto em 2000 — taxa média de desconto no ano).

Fonte. — Unicre.

Para o suporte deste esforço, tem sido fundamental o bom ritmo de crescimento dos volumes da facturação, que entre 2000 e 2005 cresceram cerca de 10% acima da evolução registada no consumo privado em Portugal, reflectindo a elevada comodidade e crescente familiaridade dos portugueses com a utilização de cartões de pagamento.

**Crescimento da facturação na rede de aceitação da Unicre**

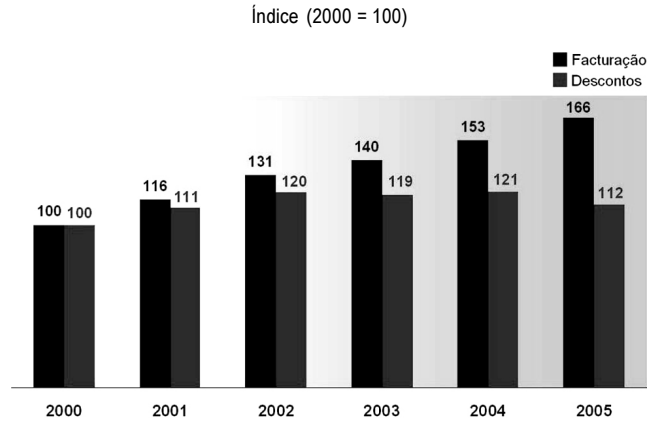


Fonte. — Banco de Portugal, análise Unicre.

Estes níveis de crescimento da facturação têm permitido alterações fundamentais à estrutura de resultados do negócio. Os ganhos de

eficiência resultantes, em grande medida, da diluição de custos fixos (traduzindo os importantes efeitos de escala desta actividade) têm possibilitado a sustentação de crescimentos da receita (cerca de 2% ao ano desde 2000) significativamente inferiores aos registados nos volumes de actividade da rede.

**Crescimento dos descontos face à facturação**

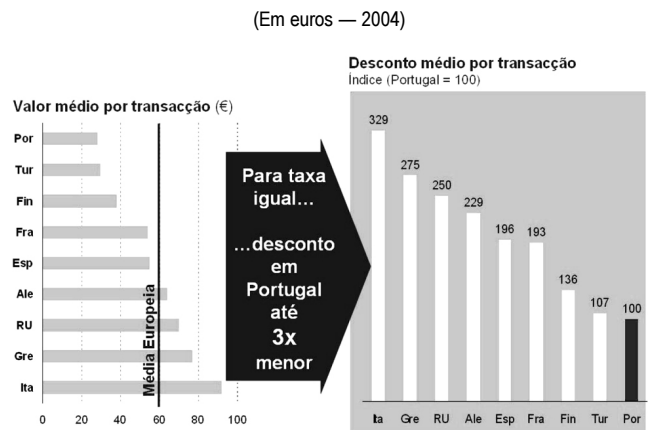


É de notar que este efeito de volume tem sido particularmente relevante no contexto das características do mercado português.

A boa aceitação da utilização de cartões de pagamento por parte dos portugueses (que, pela boa cobertura dos terminais de pagamento automático e pela comodidade associada à utilização do cartão, dele fazem uso mesmo para transacções de montantes relativamente reduzidos), combinada com os inferiores níveis de rendimento *per capita* em Portugal, traduzem-se em valores médios por transacção no nosso País significativamente abaixo da média europeia.

Para valores médios de transacção baixos, o valor do desconto em cada transacção (produto da aplicação de uma taxa em percentagem do valor da transacção) resulta igualmente baixo. Com efeito, para uma mesma taxa de desconto, estima-se que o valor dos descontos em Portugal seja até três vezes inferior ao cobrado noutros países europeus.

**Taxas equivalentes dado o valor médio por transacção**



Fonte. — RBR Research; análise Unicre.

Atendendo a que o *acquiring* é uma actividade em que os custos fixos (nomeadamente os da infra-estrutura tecnológica de suporte) são relevantes, o aumento do volume de transacções é, pois, fundamental à criação de condições para a redução dos respectivos custos unitários.

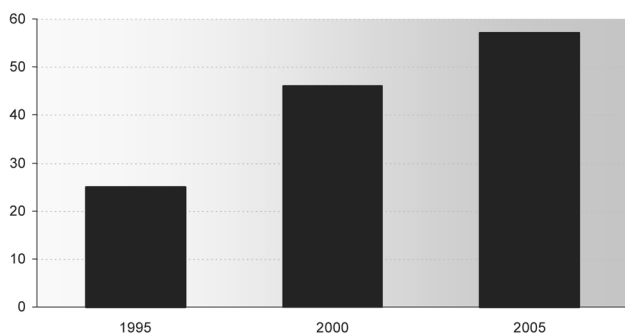
A rede de aceitação da Unicre:

No final do ano encontravam-se instalados e em actividade na Redunicre 57 235 terminais de pagamento automático, 20 879 dos quais eram propriedade/gestão da Unicre, 27 601 de bancos e 8755 dos próprios estabelecimentos.

Destes, cerca de 6% são terminais móveis, cujo parque registou um crescimento de 16% face a 2004.

### Rede de terminais de pagamento automático

(Milhares de TPAs)



Fonte. — Unicre.

Do total de 320 milhões de transacções realizadas em estabelecimentos aderentes à Redunicre, 99,88% foram processadas electronicamente. Este esforço de automatização da rede de aceitação, há muitos anos prosseguido pela Unicre, continua a ser um importante factor que também beneficia as empresas proprietárias dos estabelecimentos, devido à redução dos custos e do risco associados às transacções com pagamento por cartão.

Com vista à manutenção dos níveis de segurança e de qualidade de serviço que são reconhecidos à Redunicre, em 2005 prosseguiu, dentro do calendário previsto, o plano de conversão do parque de terminais, quer terminais de pagamento automático quer caixas ATM, para a aceitação de cartões com *chip* EMV, num esforço conjunto da Unicre, dos bancos e da SIBS. No que diz respeito ao parque de terminais propriedade da Unicre, esta operação está praticamente concluída.

Ao longo do ano de 2005 continuou a verificar-se uma tendência de recomposição da rede, com o número de estabelecimentos aderentes das categorias grandes superfícies e gasolinéiras a aumentar em 21%.

De acordo com o Estudo Regular do Painel de Comerciantes Redunicre, os níveis de satisfação/fidelização dos clientes são elevados. Numa escala de 1 a 10, a satisfação global é de 7,5 e, o nível de recomendação, de 7,6.

#### Novos serviços:

Com o objectivo de implementar melhorias de eficiência na operação dos clientes com grande volume de transacções e com a finalidade de reduzir os custos inerentes ao manuseamento de papel, a Redunicre começou a disponibilizar aos seus clientes a consulta electrónica dos extractos de facturação e descontos, com detalhe por produto financeiro contratado e com uma periodicidade parametrizada a pedido do estabelecimento (diária, semanal, quinzenal ou mensal).

Tendo em vista o relançamento no início de 2006 do *site* Redunicre na Internet, foram desenvolvidos em 2005 uma nova arquitectura e novos conteúdos.

No âmbito da nova lógica comercial, a Redunicre desenvolveu durante o ano um conceito de pacote de serviços, agregando um leque de serviços complementares à aceitação de pagamentos, com base numa proposta de valor flexível e mais ajustada às necessidades dos clientes, procurando assim reforçar a sua satisfação. Estes desenvolvimentos traduzir-se-ão, em 2006, na implementação de uma nova filosofia de contratação, integrando serviços complementares, que incorporam diferentes níveis de serviço.

#### Pagamentos à distância:

O ano de 2005 foi um ano importante para a oferta da Redunicre de novas soluções de pagamentos à distância, procurando responder às expectativas tanto dos comerciantes como dos titulares de cartões.

Nas transacções não presenciais, continuou a verificar-se uma redução significativa do número de transacções irregulares, em resultado da implementação da obrigatoriedade da utilização pelos titulares dos cartões de códigos de segurança (CVV2 e CVC2), com ganhos significativos para os comerciantes que praticam vendas à distância.

Nas soluções para o comércio electrónico, entrou em produção uma solução de pagamento *on-line* baseada no protocolo 3D Secure. Com o seu fornecimento, a Redunicre proporciona aos seus clientes uma diversidade de soluções que correspondem aos mais avançados *standards* nacionais e estrangeiros de pagamento seguro através da Internet.

Todas estas medidas tiveram um impacto assinalável na melhoria dos níveis de segurança e confiança na operação, potenciando o seu crescimento sustentado, bem como reduções nos riscos e custos associados a este tipo de comércio.

#### Actuação comercial:

No tocante à organização e sistemas de informação, foram reforçadas as capacidades comerciais tanto a nível da estrutura organizativa como dos recursos e ferramentas de trabalho.

Destaque para a dotação da força de vendas com equipamento e soluções *wireless*, possibilitando o reforço da sua mobilidade e capacidade de resposta no terreno.

Procedeu-se ainda à transferência da delegação de vendas de Lisboa para a sede e à reestruturação dos espaços das delegações de Porto e Faro.

#### Ações de *marketing* e comunicação:

Com a revisão dos critérios de segmentação de clientes, foi possível aprofundar a implementação de estratégias diferenciadas e focadas por grupo-alvo.

Assim, e a fim de promover a utilização e aceitação de cartões de pagamento, nomeadamente nas compras ditas do dia-a-dia (*everyday spend*), a Redunicre implementou, em conjunto com a Visa, uma campanha de incentivo ao pagamento com cartões de débito e crédito nas lojas Continente, Modelo e Bonjour durante o Verão, tendo sido premiados com custos de compras 1500 utilizadores de cartões Visa e Visa Electron.

No âmbito da tradicional campanha de Natal da Redunicre, houve lugar à produção, como habitualmente, de algumas peças para oferta aos consumidores, assim apoiando a dinamização do negócio dos estabelecimentos.

O kit fornecido incluiu ainda um poster e um *stand up* de balcão que davam a conhecer ao público o facto de, nesta quadra, por cada pagamento efectuado com cartão, a Unicre oferecer um cêntimo para o Programa de Rastreamento do Cancro da Mama, promovido pela Liga Portuguesa Contra o Cancro.

#### 1.2 — Emissão:

##### Síntese da actividade:

A actividade de emissão da Unicre durante o exercício de 2005 teve como objectivos o aumento da rentabilidade do negócio e a dinamização da sua carteira de clientes, procurando a consolidação da sua posição no mercado e a criação de valor para os accionistas.

No cumprimento do plano de actividades definido para o ano findo, os principais vectores de actuação centraram-se num esforço de retenção da carteira, assente em propostas competitivas e inovadoras, aliado a uma intensificação da captação de novos clientes, procurando garantir níveis adequados de renovação. Conjuntamente, manteve-se a aposta na concessão de crédito aos clientes particulares, com propostas de valor competitivas e flexíveis.

Os esforços desenvolvidos resultaram num desempenho excepcional do negócio em 2005, quer ao nível da retenção e renovação da carteira, com a redução da taxa de *churn* de cliente em 185 pontos base, quer ao nível da concessão de crédito, com um aumento do *outstanding* de 8,1%.

##### Captação e retenção:

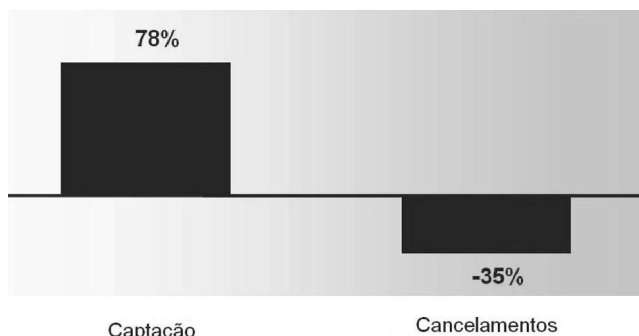
Em 2005 foram realizadas diversas acções de captação de novos clientes, quer através de vários canais à distância (*direct mail*, *e-mail marketing*, *drop mail* ou *telemarketing*) quer através do canal de captação presencial, com recurso ao *outsourcing* da força de vendas.

Foram igualmente realizadas várias promoções de incentivo à utilização do cartão e/ou recurso ao crédito *revolving*, dirigidas a segmentos específicos de clientes ou a determinados produtos, que contribuíram para o aumento dos níveis de utilização e para a fidelização dos clientes, dinamizando a proposta de oferta.

Com vista à obtenção dos objectivos de retenção e manutenção dos níveis de rentabilidade, foram realizadas diversas acções segmentadas dirigidas à carteira de clientes particulares, tendo por objectivo o reforço da comunicação e valorização da proposta da Unicre.

**Evolução da captação e do cancelamento de cartões**

Variação 2004-2005 no número de cartões captados e cancelados (percentagem)



Fonte. — Unicre.

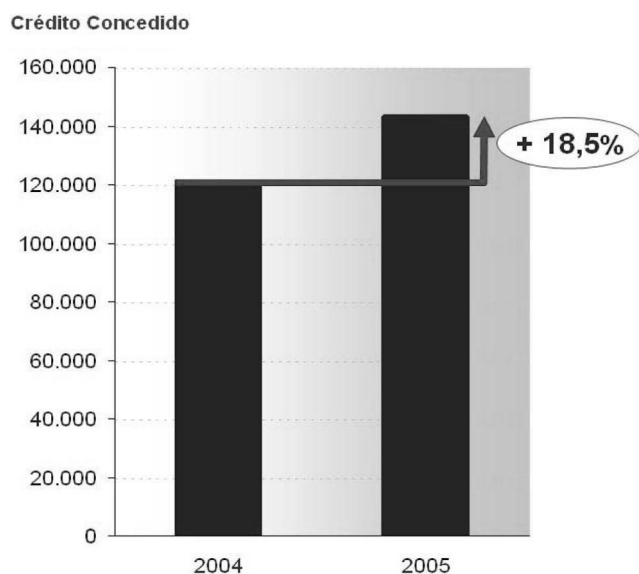
Proposta de valor:

Em 2005, foram implementadas várias acções de melhoria da proposta de valor da Unicre, quer pelo reforço da proposta de crédito, quer através do alargamento dos serviços associados aos cartões.

Ainda ao nível da oferta, em 2005 dinamizou-se o produto *cash advance* em conta, tendo resultado no aumento da produção de crédito deste produto em 35%.

**Evolução do crédito concedido**

(Percentagem. Milhões de euros)



Em linha com as recomendações do Banco de Portugal, os níveis de risco mantiveram-se controlados apesar do crescimento do crédito.

Indicador	2004	2005	Variação (percentagem)
Cobertura do crédito vencido a mais de 90 dias (em percentagem) .....	6,76	6,21	- 8,3

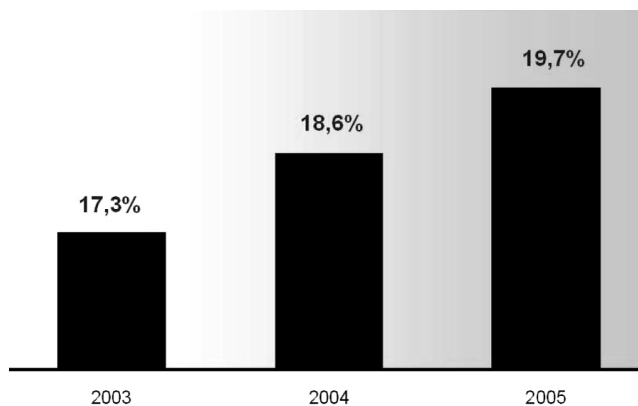
Os cartões emitidos pela Unicre passaram a ter associada a opção de subscrição do seguro de protecção financeira, sendo incluída esta funcionalidade desde o momento da aceitação da proposta de pedido de adesão ao cartão.

A segurança e a confiança proporcionadas pela experiência e pela qualidade de serviço do Unibanco continuam a ser factores essenciais na proposta de valor oferecida aos clientes.

Deles decorrendo, a utilização no estrangeiro continua a ser um ponto-chave para os clientes, tendo o seu peso registado novo aumento em 2005.

**Peso da facturação no estrangeiro**

(Percentagem)



Fonte. — Unicre.

Foram ainda estabelecidas várias parcerias para oferta de condições especiais, quer ao nível do preço quer ao nível do serviço, aos clientes Unibanco.

Lançamento do cartão Unibanco Mini:

A Unicre lançou no último trimestre o cartão Unibanco Mini — que hoje em dia já conta com um clube com milhares de fãs —, um cartão com um tamanho 43% mais pequeno do que o dos cartões tradicionais.

Com esta iniciativa pioneira no nosso país, o Unibanco colocou também Portugal no grupo dos primeiros países em todo o mundo a adoptarem este prático e original formato de cartão.

Acções de comunicação da marca Unibanco:

Em 2005 ocorreu o lançamento de mais uma edição das colecções Unibanco — o livro *Lugares Sentidos*, da autoria de José Riço Direitinho.

De salientar igualmente a publicação de seis números da *Revista Unibanco*, assim como o lançamento do guia de descontos Unibanco 2005-2006, em suporte papel e *on line*, que publicita descontos e outras ofertas promocionais, disponíveis em exclusivo para clientes Unibanco, em quase uma centena de estabelecimentos nas áreas da moda, beleza, casa, mesa e turismo e lazer.

No âmbito da política de patrocínios, manteve-se a ligação institucional ao piloto Pedro Lamy.

Realizaram-se igualmente duas acções de responsabilidade social — as iniciativas Ter É Poder Ajudar e a campanha Viva o Verão sem Escaldão, atrás descritas.

A qualidade e o dinamismo das iniciativas e campanhas de *marketing* e comunicação da direcção de emissão ao longo do ano tiveram o seu reconhecimento público com a nomeação para os Portugal Marketing Awards 2005 (da Associação Portuguesa dos Profissionais de Marketing) na classe de Personalidade do Ano de Marketing Financeiro.

Também em resultado das acções desenvolvidas, foi possível manter um elevado índice de satisfação por parte dos clientes, comprovado pelas respostas a questionários opinativos ao longo de 2005, com 88% a indicarem um grau de satisfação elevado ou muito elevado.

Eficiência operacional:

Em 2005 deu-se início à evolução da infra-estrutura tecnológica para tecnologias baseadas em soluções Internet, com impacto no tratamento das propostas de adesão ainda durante o próprio ano.

Tendo como objectivo a optimização dos processos de gestão de risco, decorreu em 2005 a revisão das ferramentas e instrumentos de *credit scoring* e *behavioural scoring* e o desenvolvimento e instalação de uma nova grelha de *scoring* de suporte à captação de novos clientes.

## 1.3 — Outros serviços:

## Indicadores-chave de actividade:

Indicador	2005
Outros serviços:	
Pedidos tratados (disputas, etc.) .....	13 766
Créditos estrangeiros tratados (Mod. D) .....	6 484
Créditos nacionais tratados (Mod. A e D) .....	8 968
Centro de segurança:	
Processos investigados .....	334
Estrangeiros:	
Transacções reclamadas .....	24 420
Transacções com rectificações e cobranças .....	22 469

## Síntese da actividade:

Durante o exercício, a Unicre prosseguiu um conjunto de actividades de apoio a outros emissores nacionais, contribuindo para a optimização dos recursos presentes na empresa, no domínio das infra-estruturas, pessoas e conhecimento, potenciando desta forma a criação de valor para os seus clientes e accionistas, bem como a manutenção dos elevados níveis de serviço reconhecidos aos pagamentos com cartões em Portugal.

Conjuntamente, e no âmbito da optimização da eficiência através do recurso a *outsourcing* de tarefas, foi iniciado um estudo com vista à inclusão, na plataforma informática de gestão de reclamações da SIBS, da prestação do serviço de tratamento de disputas de transacções (*chargebacks*) de cartões de emissores nacionais ocorridas em estabelecimentos Redunire e processadas através dos sistemas da SIBS. Este processo acarretará futuramente o alargamento da utilização da plataforma de gestão de reclamações da SIBS a um maior número de serviços actualmente prestados aos emissores no âmbito dos protocolos modalidades B e D, conduzindo previsivelmente ao descontinuar da prestação destes serviços por parte da Unicre.

O centro de segurança da Unicre engloba o sistema interbancário de detecção de fraudes, que exerce um acompanhamento da actividade com cartões bancários de crédito e de débito, com vista à protecção contra fraudes perpetradas quer em Portugal quer no estrangeiro. Este centro engloba ainda uma área de investigação, levando a cabo acções de identificação, detecção e combate à fraude.

Durante 2005 esta área desenvolveu acções junto dos comerciantes de comércio electrónico com o objectivo de educar, informar e prevenir o desenvolvimento e a redução das fraudes com cartões não presentes.

Desenvolveu ainda acções de formação junto das autoridades policiais e judiciais no âmbito do conhecimento das tendências da fraude e seu *modus operandi*. Foram igualmente executadas com sucesso várias acções de combate à fraude. Esta actividade é desenvolvida em conjunto com os sistemas internacionais, autoridades e entidades homólogas no estrangeiro.

A área de estrangeiros presta serviços relacionados com o tratamento de reclamações e disputas (*chargebacks*) aos emissores nacionais, nas transacções dos seus cartões no estrangeiro, e à área de Acquiring Redunire no âmbito da aceitação de transacções de cartões de emissores estrangeiros.

Os serviços prestados envolvem a utilização das aplicações disponíveis nos sistemas internacionais (Visa, MasterCard, Diners, JCB e Euro 6000), para recebimento e envio de informação e documentação de suporte relativa às transacções reclamadas.

## 2 — Organização e recursos internos

## 2.1 — Sistemas de informação

Durante o ano de 2005, a estratégia de sistemas de informação da Unicre pautou-se pela continuidade da optimização dos recursos e do melhoramento da capacidade de resposta às necessidades e desafios de negócio que se colocam à empresa.

Neste sentido, e inserido numa estratégia de racionalização de sistemas e de operações, merece relevo a conclusão dos trabalhos relativos ao programa de adopção do modelo global da SIBS (utilizado

pela maior parte dos emissores nacionais), com a necessária certificação nos sistemas internacionais para a emissão de cartões EMV, bem como no âmbito do plano de continuidade de negócio, com a execução de um conjunto de exercícios que simularam a inoperacionalidade do centro de processamento de dados da entidade processadora, tendo-se executado os processos de negócio críticos na plataforma de Disaster Recovery do centro alternativo.

Num contexto de evolução tecnológica sustentada, centrada no acompanhamento das necessidades dos negócios e melhoria da eficiência operacional, é de referir a evolução da plataforma Desktop, onde se desenvolveram acções que permitiram a implementação de novas funcionalidades de suporte ao desenvolvimento dos negócios (nomeadamente a mobilidade da força de vendas da Redunire com soluções *wireless*) e o reforço de competências, mediante a realização de acções de formação que se iniciaram em Março de 2005 e se prolongam até Março de 2006, envolvendo a quase totalidade dos trabalhadores da Unicre.

Da actividade desenvolvida na área de sistemas de informação, menção ainda para o arranque do programa de segurança da informação, tendo por base a norma ISO/IEC 17799:2000, referencial de excelência que possibilita às organizações a adopção de um código de práticas reconhecidas internacionalmente para a consecução e alcance de três dimensões ou características fundamentais: confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação.

No âmbito do referido programa, foi concretizado um conjunto de medidas a nível de organização, processos e tecnologia, bem como a realização de acções de formação directa em matéria de segurança da informação, tendo por base as políticas então elaboradas e vigentes.

Refira-se igualmente a criação do Comité de Segurança da Informação, composto por representantes das áreas críticas de negócio, estrutura que tem a responsabilidade da gestão, implantação, promoção, monitorização e melhoria contínua da Segurança da Informação na Unicre.

## 2.2 — Operações

Na prossecução dos objectivos estratégicos da Unicre de assegurar as condições de eficácia e de eficiência junto do mercado que permitam consolidar a aspiração expressa na visão da empresa, esta tem procurado garantir a melhoria contínua dos seus produtos e serviços e o aumento da eficiência interna, dirigindo esforços para o incremento da satisfação dos seus clientes.

Neste sentido, durante o ano de 2005 concretizou um conjunto de iniciativas de *outsourcing* de actividades não core aos negócios que desenvolve, com resultados positivos na redução de custos e níveis de serviço alcançados.

Enquadram-se neste âmbito a alienação da Equiprest — Sociedade Técnica de Serviços, L.<sup>da</sup> (empresa associada da Unicre dedicada à prestação de serviços auxiliares ou correlacionados com as actividades de emissão e gestão de cartões de pagamento) e o *outsourcing* da impressão de extractos e expedição de altos volumes.

Passou ainda para um prestador externo a personalização de cartões.

No que respeita à actividade de Acquiring, o *outsourcing* do centro de atendimento telefónico a comerciantes foi intensificado no sentido de melhor corresponder às necessidades de gestão das operações de clientes, sua segmentação, e diferenciação da oferta através da qualidade.

No 2.º semestre contratou-se ainda, com uma entidade externa, a actividade de digitalização de documentos.

## 2.3 — Recursos humanos

Do quadro de pessoal da Unicre constavam, a 31 de Dezembro de 2005, 297 colaboradores no activo e 19 reformados.

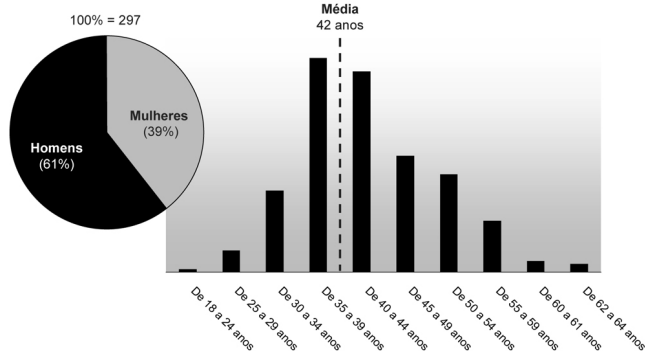
Este número traduz uma redução de cerca de 5% face ao ano de 2004, reflectindo o esforço de reestruturação interna que tem vindo a decorrer.

	2003	2004	2005
Trabalhadores no activo .....	323	314	297
Reformados .....	11	17	19

A composição dos recursos humanos da Unicre aponta para cerca de 40% de mulheres e para uma idade média de 42 anos, sendo o escalão etário mais frequente o dos 35 aos 39 anos.

### Recursos humanos no activo em 31 de Dezembro

(Porcentagem — número de colaboradores)

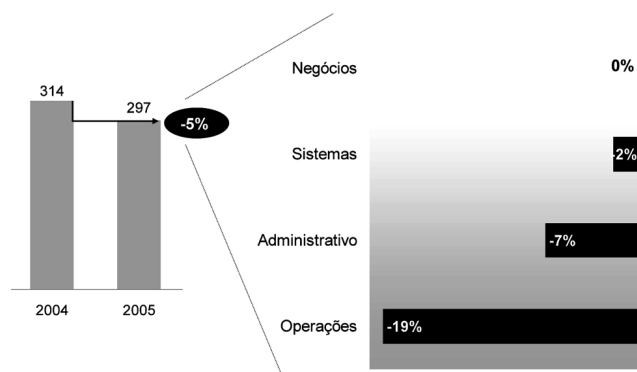


Fonte. — Unicre.

O mercado em que a Unicre opera tem sido marcado recentemente por diversas mudanças.

Neste contexto, está empenhada em levar a cabo uma reestruturação interna, procurando no entanto que tal não se repercuta em perdas de recursos críticos à empresa, nomeadamente no que respeita a recursos técnicos com capacidades de negócio e maior grau de qualificação.

### Evolução dos recursos humanos por área — 2005 face a 2004



Fonte. — Unicre.

Como parte do cuidado com a preservação e reforço do valor dos seus recursos humanos, a Unicre tem vindo a procurar investir naquelas que foram identificadas como duas áreas prioritárias de actuação — a valorização dos recursos mediante o reforço e dinamização de programas de formação e o aprofundamento do sistema de avaliação e desenvolvimento.

Durante o início do exercício a que se refere o presente relatório, foi elaborado e desenvolvido um plano global de formação resultante do diagnóstico das necessidades de formação existentes em cada unidade de estrutura.

O plano foi delineado com vista ao desenvolvimento das seguintes componentes: (i) conhecimentos técnicos do negócio, (ii) competências técnicas e comportamentais exigidas ao desempenho na Unicre e na função e (iii) conhecimentos e competências necessárias a uma evolução profissional.

No âmbito do desenvolvimento das competências técnicas genéricas, destaca-se o programa de formação em ferramentas Office (Windows), que envolveu a quase totalidade da empresa, num total de 240 trabalhadores, a que corresponderam 7524 horas de formação, e a continuidade dada ao programa de inglês, também transversal à empresa e que abrangeu um total de 77 trabalhadores.

Uma das áreas que mereceram particular atenção no plano formativo foi a de serviço ao cliente. O projecto de formação foi dirigido às equipas comerciais e de suporte aos negócios da Redunicre, direcção de emissão e serviço de apoio operacional e segurança, e teve como principal objectivo o desenvolvimento das competências técnicas e comportamentais necessárias à prestação de um serviço com níveis consistentes de qualidade e de eficiência.

Participaram neste programa 49 trabalhadores e 20 chefias, num total de 1274 horas, tendo sido desenvolvido, no projecto, um módulo específico para o grupo de chefias, sobre liderança e gestão de equipas.

Relativamente ao plano de formação previsto para os quadros da empresa, foi assegurado um conjunto de acções para as áreas de sistemas de informação, *marketing* e vendas, dentro e fora do país, e desenvolvido um programa de *coaching* individual (*one-to-one*) para chefias intermédias.

Foi ainda apoiada financeiramente a participação de quadros superiores da Unicre em programas de formação para executivos, nomeadamente nas áreas da gestão de instituições financeiras, regulação e concorrência, *marketing* e gestão comercial.

O Sistema de Avaliação e Desenvolvimento da Unicre visa assegurar aos colaboradores clareza e transparência na identificação de prioridades relativamente a comportamentos que se pretende que desenvolva, por um lado, e evite ou corrija, por outro; na avaliação do seu contributo para os resultados da empresa como um todo e da unidade em que se integra em particular; e na identificação do grau de sintonia que demonstra face às orientações gerais de gestão.

Objectivos do sistema de avaliação e desenvolvimento da Unicre:

Harmonizar os objectivos individuais com os empresariais;

Melhorar a comunicação entre os trabalhadores e os seus responsáveis hierárquicos;

Assegurar um balanço periódico da actividade do trabalhador, de forma a proporcionar um *feedback* adequado;

Proporcionar um diálogo aprofundado sobre o modo de funcionamento da empresa mais ajustado à consecução dos objectivos;

Permitir a definição de metas de melhoria, de preferência acordadas entre o responsável hierárquico e o trabalhador, e desenvolver os programas de apoio adequados;

Identificar necessidades de formação, associadas a lacunas de competências ou ao desenvolvimento de potencial.

Também no domínio da valorização dos recursos humanos e no âmbito da promoção de um equilíbrio entre trabalho e lazer, é credor de uma palavra de apreço o Grupo Desportivo e Cultural dos Trabalhadores da Unicre (GDCTU). Constituído em 2004, o GDCTU teve em 2005 um ano de funcionamento pleno, dando cumprimento ao propósito assumido de promover a socialização e valorização do ponto de vista humano dos seus associados.

O programa de actividades e serviços proporcionado foi apreciável, incluindo inúmeros desportos, e ainda serviços de apoio ao associado e à sua valorização pessoal e social, bem como dos membros dos seus agregados familiares.

Em conjunto com a sociedade gestora do fundo de pensões, procedeu-se a um trabalho de revisão do contrato constitutivo do Fundo (assinado em 1987), de forma a clarificar alguns aspectos do plano de pensões cobertos e a incorporar alterações regulamentares e legislativas que entretanto tiveram lugar.

### Análise financeira

#### 1 — Síntese e principais indicadores

(Em euros)

Rubricas	2004	2005	Variação 2005-2005	
			Valor	Percent.
Demonstração de resultados:				
Produto bancário .....	94 018 990	97 114 922	3 095 932	3,3
Custos de estrutura .....	71 227 929	72 975 907	1 747 978	2,5

(Em euros)

Rubricas	2004	2005	Variação 2005-2005	
			Valor	Percent.
Por memória:				
Custos de estrutura ajustados .....	68 827 841	68 030 240	— 797 600	— 1,2
Provisões líquidas do exercício .....	13 193 124	8 771 237	— 4 421 887	— 33,5
Por memória:				
Provisões líquidas do exercício ajustadas .....	6 660 637	7 232 951	572 314	8,6
Restantes custos .....	340 774	727 174	386 400	113,4
Resultado corrente .....	9 257 163	14 640 604	5 383 440	58,2
Por memória:				
Resultado corrente ajustado .....	18 189 738	21 124 556	2 934 818	16,1
Resultados extraordinários .....	— 204 711	2 924 825	3 129 536	—
Resultado antes de impostos .....	9 052 452	17 565 429	8 512 977	94,0
Resultado líquido .....	3 969 081	12 817 918	8 848 837	222,9
Balanço:				
Activo total (líquido) .....	215 347 735	230 456 980	15 109 246	7,0
Crédito sobre clientes (líquido) .....	177 577 553	188 990 987	11 413 434	6,4
Ratios:				
Cost-to-income (percentagem) .....	72,2	71,5	(a) — 0,73	
Por memória:				
Cost-to-income ajustado .....	69,7	66,4	(a) — 3,27	
Rendibilidade do activo (ROA) .....	2,0	5,9	(a) 3,89	

O resultado líquido da Unicre em 2005 foi de 12,8 milhões de euros, registando um aumento de 8,8 milhões de euros face a 2004.

Este aumento reflecte não apenas uma evolução positiva do negócio, mas também o impacto de um conjunto de factores de natureza não recorrente ou extraordinária que afectaram tanto os resultados de 2005 como os de 2004. Estes tiveram sobretudo a ver com (i) custos relativos à conversão de terminais para a norma EMV, (ii) custos com indemnizações por rescisões de contratos de trabalho e com reformas antecipadas e (iii) provisões para encargos com responsabilidades com saúde de pensionistas a transferir para o Fundo de Pensões. Assim:

O resultado corrente regista um aumento próximo dos cinco milhões de euros (2,9 milhões quando corrigido dos factores não recorrentes);

Os resultados extraordinários registam um aumento de cerca de 3,1 milhões de euros, por efeito, sobretudo, de um subsídio recebido da Visa Europe de incentivo à conversão de terminais para EMV;

A provisão para imposto sobre lucros reduz-se face a 2004 por efeito de correcções da matéria colectável (basicamente, provisões de 2004 só consideradas como custo fiscal em 2005).

Para o aumento do resultado antes de impostos da Unicre contribuiu fundamentalmente o resultado gerado pelo negócio de emissão, sustentado em grande medida num desenvolvimento positivo da margem financeira respeitante à concessão de crédito associado aos cartões Unibanco.

Os resultados desta área de negócio situaram-se em cerca de 17 milhões de euros.

No negócio de Acquiring Redunicre o resultado foi marginalmente negativo (— 334 000 euros), reflectindo o esforço acrescido de con-

versão de equipamentos para o sistema EMV (que representou em 2005 um impacto directo em custos de cerca de seis milhões de euros). Neste contexto, o negócio conseguiu resultados próximos do equilíbrio, progredindo favoravelmente no sentido de reunir as condições necessárias à concretização dos níveis objectivo de rendibilidade para esta actividade.

Os outros serviços tiveram um contributo positivo, cuja dimensão limitada (cerca de 150 000 euros) reflecte a escassa dimensão da actual actividade desta área de negócio.

Em 2005, o activo líquido total cresceu 15 milhões de euros (acréscimo de 7%), respondendo em grande parte ao aumento continuado do crédito a clientes.

O acréscimo do activo foi financiado sobretudo através do aumento do endividamento bancário.

Para responder a requisitos associados à alteração de estatuto da Unicre para Instituição Financeira de Crédito (IFIC), foi realizado um reforço do capital social para 10 milhões de euros por incorporação de reservas de 1,5 milhões de euros.

Os *ratios* de desempenho da actividade em 2005 apresentam uma melhoria assinalável, em linha com o aumento do resultado líquido.

A rendibilidade do activo sobe de 2% em 2004 para 5,9% em 2005. Este aumento reflecte, no entanto, como anteriormente já referido, o impacto sobre os resultados de rubricas com uma origem não recorrente;

O *cost-to-income* ajustado dos custos não recorrentes evidencia uma melhoria assinalável, reduzindo-se de 3,3 p. p., reflectindo o crescimento do negócio e o aumento da eficiência ao nível dos custos correntes.

## 2 — Conta de resultados

(Em euros)

Rubricas	2004	2005	Variação 2005-2005	
			Valor	Percent.
Margem financeira .....	19 201 375	22 872 358	3 670 982	19,1
Comissões líquidas .....	62 496 766	60 391 861	— 2 104 905	— 3,4
Outros proveitos .....	12 320 848	13 850 703	1 529 855	12,4
Produto bancário .....	94 018 990	97 114 922	3 095 932	3,3

(Em euros)

Rubricas	2004	2005	Variação 2005-2005	
			Valor	Percent.
Custos com pessoal (a) .....	15 777 244	15 511 643	— 265 602	— 1,7
Fornecimentos e serviços de terceiros .....	52 138 053	53 931 867	1 793 814	3,4
Amortizações do exercício (—) .....	3 312 631	3 532 397	219 766	6,6
Custos de estrutura (—) .....	71 227 929	72 975 907	1 747 978	2,5
Por memória:				
Custos de estrutura ajustados .....	68 827 841	68 030 240	— 797 600	— 1,2
Provisões líquidas do exercício (—) .....	13 193 124	8 771 237	— 4 421 887	— 33,5
Por memória:				
Provisões líquidas do exercício ajustadas .....	6 660 637	7 232 951	572 314	8,6
Restantes custos (—) .....	340 774	727 174	386 400	113,4
Resultado corrente .....	9 257 163	14 640 604	5 383 440	58,2
Por memória:				
Resultado corrente ajustado .....	18 189 738	21 124 556	2 934 818	16,1
Resultados extraordinários .....	— 204 711	2 924 825	3 129 536	—
Resultado antes de impostos .....	9 052 452	17 565 429	8 512 977	94,0
Impostos sobre o resultado .....	5 083 371	4 747 511	— 335 860	— 6,6
Resultado líquido .....	3 969 081	12 817 918	8 848 837	222,9

(a) Aos custos com pessoal de 2005 foi deduzido o valor de 1 500 000 euros relativo a uma provisão para custos com reestruturações em 2006, o qual foi incluído na rubrica de provisões.

O principal contributo para o forte aumento de resultados da Unicre em 2005, excluídos factores de natureza não recorrente, veio do aumento da margem financeira ajustada, que registou um crescimento de 19,1% face a 2004.

O valor de comissões líquidas perdeu, face a 2004, cerca de dois milhões de euros, mais de 3% (após correcção dos valores relativos ao *cash advance* em conta e incluindo outros encargos debitados a clientes (pela sua natureza contabilística, os encargos cobrados a clientes por serviços adicionais ao uso do cartão são registados em outros proveitos. Para efeitos de análise financeira das receitas directas da operação, são considerados nas comissões líquidas, com o respectivo ajuste em outros proveitos). A evolução positiva dos outros proveitos atenuou, no entanto, de forma significativa (cerca de 1,5 milhões de euros) a redução das comissões líquidas.

No seu conjunto, os negócios da Unicre evoluíram de modo positivo, evidenciando o produto bancário um aumento superior a 3 milhões de euros (acréscimo de 3,3% face a 2004).

Os custos de estrutura registaram um aumento de 2,5% face a 2004. De notar uma vez mais que este aumento reflecte impactos não recorrentes verificados em 2004 e 2005, nomeadamente dos já referidos custos de conversão para EMV em 2004 e, com maior impacto, em 2005, e ainda de custos de arranque da prestação pela SIBS, em 2004, do serviço de suporte à actividade de *acquiring*. Sem estes impactos, os custos de estrutura teriam diminuído em cerca de 1,2%.

#### Margem financeira:

Em 2005, a margem financeira gerada na Unicre ultrapassou pela primeira vez a fasquia dos 20 milhões de euros, com um aumento de mais de 2,8 milhões de euros face aos 17,7 milhões de euros registados em 2004.

Considerando na margem financeira os resultados relativos aos produtos de crédito de *cash advance* em conta, o acréscimo passa para 3,7 milhões, excedendo em 19% o registado em 2004.

(Em euros)

Rubricas	2004	2005	Variação 2005-2004	
			Valor	Percent.
Juros e proveitos equiparados .....	21 277 850	24 575 280	3 297 431	15,5
Juros e custos equiparados (—) .....	3 558 272	4 055 381	497 109	14,0
Margem financeira .....	17 719 577	20 519 899	2 800 322	15,8
Comissões de <i>cash advance</i> em conta .....	1 481 798	2 352 458	870 660	58,8
Margem financeira ajustada .....	19 201 375	22 872 358	3 670 982	19,1

O crescimento da margem financeira foi, na sua quase totalidade (95%), devido ao crescimento dos volumes de crédito concedido, tendo os *spreads* médios praticados um impacto reduzido.

(Em euros)

Variação da margem financeira ajustada	Variação 2005-2004	
	Valor	Percent.
Por efeito de volume .....	3 505 738	95
Por efeito <i>spread</i> .....	165 244	5
Variação total da margem financeira ajustada .....	3 670 982	100

## Comissões líquidas:

A redução registada no valor de comissões líquidas foi relativamente contida (aproximadamente dois milhões de euros, mesmo excluindo os produtos de *cash advance* em conta), embora na sua origem tenham estado flutuações de monta, quer ao nível das comissões recebidas, quer ao nível das comissões pagas. Ambas sofreram reduções de cerca de, respectivamente, 15,2 e 13,6 milhões de euros.

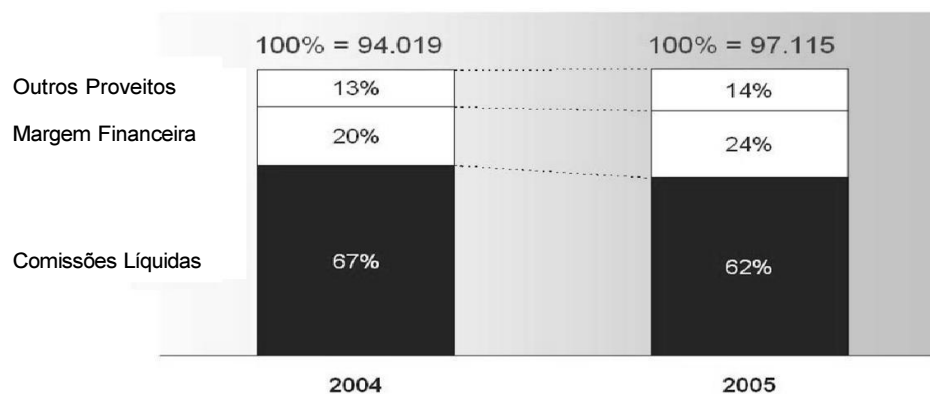
Rubricas	2004	2005	Variação 2005-2005	
			Valor	Percent.
Comissões proveito .....	241 691 947	226 423 101	15 268 845	— 6,3
Comissões custo (—) .....	178 575 576	164 891 774	— 13 683 802	— 7,7
Comissões líquidas .....	63 116 371	61 531 327	— 1 585 043	— 2,5
Ajustes relativos ao <i>cash advance</i> em conta e encargos	— 619 604	— 1 139 466		
Comissões líquidas ajustadas .....	62 496 766	60 391 861	— 2 104 905	— 3,4
Por memória:				
Descontos e <i>interchange fees</i> líquidos .....	52 771 228	50 372 985	— 2 398 244	— 4,5
Outras comissões líquidas .....	9 725 538	10 018 876	293 338	3,0

As flutuações registadas nas diferentes rubricas de comissões reflectiram fundamentalmente desenvolvimentos no entorno do negócio, dos quais se salientam alterações na estrutura e nos níveis das taxas de *interchange fees*.

Mas é igualmente de assinalar a descida das taxas de desconto praticadas no *acquiring* por via da política seguida de partilha de ganhos de eficiência com as empresas proprietárias dos estabelecimentos aderentes à Redunice.

Isolando os efeitos dos desenvolvimentos nas *interchange fees* e nos descontos, verifica-se uma evolução positiva das restantes comissões líquidas, em linha com o esforço que ambos os negócios da Unice têm vindo a desenvolver no sentido de uma maior adequação da política de *pricing* aos *drivers* do negócio.

## Composição do produto bancário — evolução (milhares de euros)



Fonte. — Unice.

Globalmente, o desenvolvimento do negócio de concessão de crédito, associado à pressão crescente sobre as grandes rubricas de receita de comissões, tem resultado numa perda relativa de peso das comissões no produto bancário da Unice.

## Custos de estrutura:

O conjunto dos custos de pessoal, fornecimento e serviços de terceiros e amortizações sofreram em 2005 um agravamento de 2,5% face ao valor de 71,2 milhões de euros, registado em 2004.

Rubricas	2004	2005	Variação 2005-2005	
			Valor	Percent.
Custos com pessoal .....	15 777 244	15 511 643	— 265 602	— 1,7
Dos quais:				
Salários e vencimentos .....	10 337 881	10 668 319	330 437	3,2
Encargos com fundos de pensões .....	3 683 247	3 000 858	— 682 390	— 18,5
Outros encargos sociais .....	1 756 116	1 842 466	86 350	4,9
Fornecimentos e serviços de terceiros .....	52 138 053	53 931 867	1 793 814	3,4
Dos quais:				
Custos conversão EMV (i) .....	1 157 893	4 945 667	3 787 774	327,1
Custos arranque suporte actividade <i>acquirer</i> (ii) .....	1 242 195	—	— 1 242 195	— 100,0



(Em euros)

Rubricas	2004	2005	Variação 2005-2005	
			Valor	Percent.
Custos de funcionamento .....	67 915 298	69 443 510	1 528 212	2,3
Amortizações do exercício .....	3 312 631	3 532 397	219 766	6,6
Dos quais:				
POS EMV (iii) .....	—	1 323 234	—	—
Custos de estrutura .....	71 227 929	72 975 907	1 747 978	2,5
Por memória:				
Custos de estrutura correntes, excluindo (i) e (ii) .....	68 827 841	68 030 240	— 797 600	— 1,2

Este agravamento registou-se na rubrica de FST e decorre do aumento em 2005 dos custos de conversão de sistemas para a norma EMV. Embora com menor impacto, a conversão para o *standard* EMV reflectiu-se igualmente no aumento das amortizações (que incluem em 2005 cerca de 1,3 milhões de euros, decorrentes da substituição do parque de TPAs).

Ajustados dos custos não recorrentes verificados nos exercícios de 2005 e 2004, os custos de estrutura da Unicare reduziram-se no seu conjunto em cerca de 800 000 euros (— 1,2%).

Para isso contribuíram os custos com pessoal, que, no seu conjunto, registaram uma redução de 1,7% face a 2004

Uma análise mais fina da principal rubrica de custos de estrutura — o fornecimento e serviços de terceiros (FST) — permite também evidenciar outras reduções de custos conseguidos ao longo do exercício, nomeadamente no que diz respeito aos custos externos de processamento das transacções e aos consumos internos.

(Em euros)

Rubricas	2004	2005	Variação 2005-2005	
			Valor	Percent.
Fornecimento e serviços de terceiros .....	52 138 053	53 931 867	1 793 814	3,4
Processamento .....	25 365 986	28 279 317	2 913 331	11,5
Custos com conversão EMV .....	1 157 893	4 945 667	3 787 774	327,1
Outros custos de processamento .....	24 208 093	23 333 650	— 874 443	— 3,6
Software e licenciamento .....	8 996 601	10 295 322	1 298 720	14,4
Outsourcing informático SIBS .....	7 429 314	9 056 392	1 627 078	21,9
Licenças e outros custos com <i>software</i> .....	1 567 288	1 238 930	— 328 358	— 21,0
Custos de funcionamento operativos (a) .....	110 127 860	8 694 170	— 1 433 690	— 14,2
Outros (b) .....	7 647 605	6 663 058	— 984 547	— 12,9

(a) Comunicações, serviços de mão-de-obra, conservação e reparação de equipamento e material de expediente.

(b) Publicidade, acções de comunicação, patrocinios, estudos e consultas e outros.

#### Provisões líquidas do exercício:

As provisões do exercício para crédito e juros vencidos e riscos gerais de crédito registaram um aumento de 266 000 euros (+ 3,9% face a 2004).

Todavia, as provisões líquidas do exercício totais registaram em 2005 uma redução de cerca de 4,4 milhões de euros. Tal ficou a dever-se sobretudo ao facto de em 2004 terem sido constituídas provisões de montante elevado para cobertura de encargos com pensionistas (em antecipação à adopção das NCA, foi constituída em 2004 uma provisão para encargos de saúde de reformados, parte da qual reposta em 2005) e reformas antecipadas.

(Em euros)

Rubricas	2004	2005	Variação 2005-2005	
			Valor	Percent.
Provisões do exercício .....	13 578 201	9 905 137	— 3 673 064	— 27,0
Provisões para crédito e juros vencidos .....	6 524 418	6 898 573	374 155	5,7
Provisões para riscos gerais de crédito .....	258 296	150 481	— 107 815	— 41,7
Provisões para pensões e encargos similares (i) .....	3 698 800	940 000	— 2 758 800	— 74,6
Provisões para outros riscos e encargos .....	3 096 686	1 916 083	— 1 180 603	— 38,1
Reestruturações (a) .....	1 000 000			
Actualização de <i>software</i> (ii) .....	1 833 686			
Contingências fiscais .....	263 000	416 083	153 083	58,2
Reposições e anulações de provisões .....	385 077	1 133 900	748 824	194,5
Das quais:				
Anulação cuidados de saúde (SAMS) (iii) .....		901 714		
Provisões líquidas do exercício .....	13 193 124	8 771 237	— 4 421 887	— 33,5

(a) Devido a evoluções dos critérios contabilísticos, o valor de 1 500 000 euros, referentes a provisões para custos reestruturações, foi em 2005 registado, pela sua natureza, junto dos custos com pessoal.

## Resultados extraordinários:

O valor de 2,9 milhões de euros de resultados extraordinários em 2005 incorpora o valor de um subsídio da Visa como incentivo para a conversão de equipamentos para EMV, no valor de cerca de 1,9 milhões de euros. Regista também o proveito extraordinário de 608 000 euros relativos à venda da totalidade das quotas da empresa associada Equiprest.

## 3 — Balanço

O activo líquido da Unicre era, no final de 2005, de 230,4 milhões de euros, evidenciando um crescimento de 7% face a 2004, em linha com a tendência verificada nos últimos anos.

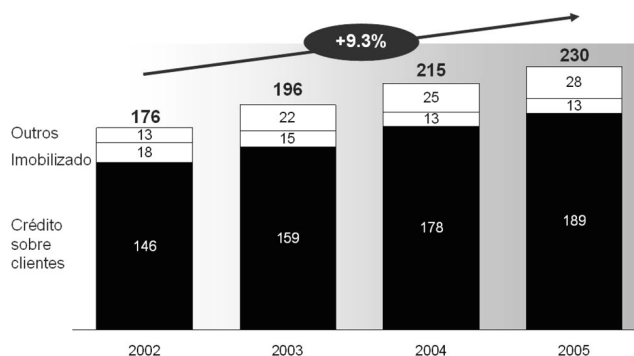
A evolução do activo reflecte essencialmente o crescimento do crédito a clientes (6,4%), o qual responde por mais de 80% do activo líquido.

O imobilizado líquido (incorpóreo e corpóreo) apresenta um aumento de 3%, para o que contribuiu a o processo de substituição do parque de terminais POS por novos modelos compatíveis com o protocolo EMV.

No balanço de 2005 regista-se igualmente uma redução dos activos resultantes de participações e partes de capital em empresas coligadas,

devido à alienação pela Unicre da sua participação na SISP — Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento, S. A. R. L., e da venda do capital detido na Equiprest — Sociedade Técnica de Serviços, L.<sup>da</sup>

## Evolução do activo líquido (milhões de euros)



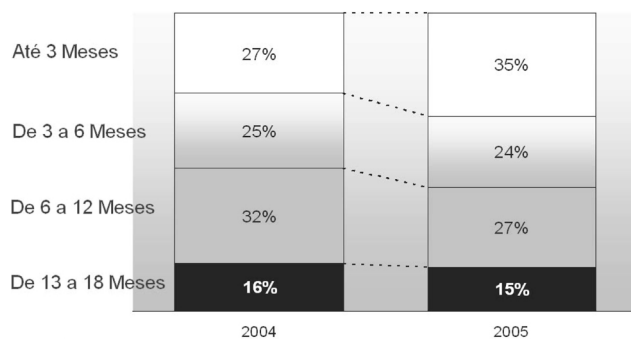
Fonte. — Unicre.

## Crédito concedido a clientes

(Em euros)

Rubricas	2004	2005	Variação 2005-2004	
			Valor	Percent.
Crédito líquido sobre clientes .....	177 577 552	188 990 987	11 413 435	6,4
Crédito interno .....	167 756 341	177 788 420	10 032 079	6,0
Crédito e juros vencidos .....	16 725 364	18 023 403	1 298 039	7,8
Provisões para crédito e juros vencidos (—) .....	6 904 153	6 820 835	— 83 318	— 1,2

## Evolução do crédito vencido (milhões de euros)



Fonte. — Unicre.

O saldo da conta de crédito líquido sobre clientes registou um aumento de 6,4% face a 2004, com o saldo de crédito vencido a aumentar 7,8%.

O aumento do crédito vencido ocorreu na totalidade na classe de incumprimento até três meses, verificando-se um decréscimo relativo das restantes antiguidades, o que levou a uma ligeira redução do montante das provisões para crédito vencido registadas no final do ano.

## Fundos próprios:

Em Dezembro de 2005 a Unicre realizou um aumento do capital social por incorporação de reservas de 1,5 milhões de euros, visando adequar-se aos requisitos do seu novo estatuto de instituição financeira de crédito.

Os fundos próprios da empresa totalizavam no final do ano 23,6 milhões de euros, incluindo o resultado líquido do exercício, dos quais 21,2 em fundos próprios de base.

## Responsabilidades com pensões

(Em euros)

Rubricas	2004	2005	Variação 2005-2004	
			Valor	Percent.
Responsabilidades com serviços passados .....	47 499	50 371	2 872	6,0
Empregados no activo .....	36 308	37 850	1 542	4,2
Reformados e ex-participantes .....	11 191	12 521	1 330	11,9
Cobertura das responsabilidades .....	50 357	52 044	1 687	3,4
Nível de financiamento das responsabilidades com serviços passados (percentagem) .....	106,00	103,30	— 2,7	— 2,5
Valor patrimonial do fundo .....	51 905	56 990	5 085	9,8
Rendimento do fundo (percentagem) .....	4,50	10,88	(a) 96,38	

(a) Pontos percentuais.

O Fundo de Pensões da Unicare apresenta em 31 de Dezembro de 2005 um valor de 57 milhões de euros, tendo registado um rendimento no ano da ordem dos 10,9%.

As responsabilidades com serviços passados aumentaram 6% em resultado das variações na composição da população coberta e das alterações nos pressupostos actuariais e de inclusão dos encargos com o sistema de assistência médica aos reformados.

O nível de financiamento das responsabilidades com serviços passados situava-se no final do ano ligeiramente acima dos 100%, cumprindo integralmente os requisitos previstos no aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal quanto ao nível mínimo de financiamento das responsabilidades por serviços passados dos activos e demitidos, incluindo o financiamento das responsabilidades com as pensões em pagamento e os encargos com o sistema de assistência médica aos reformados.

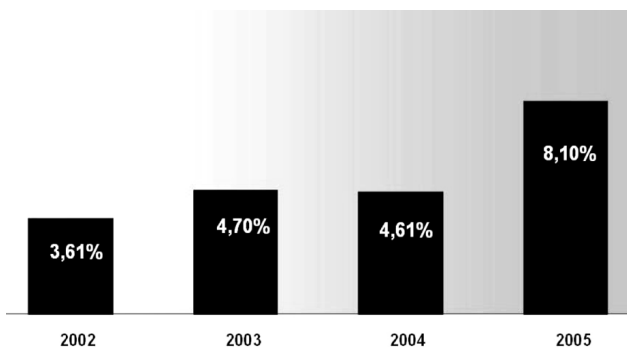
#### 4 — Ratios de desempenho

O indicador de rentabilidade RAI/activo apresenta em 2005 um valor claramente acima do registado em anos recentes.

Tal deriva do bom desempenho do negócio, mas está também influenciado pelos factores extraordinários que contribuíram positivamente para o aumento do resultado, conforme já anteriormente referido.

#### Evolução do RAI/activo líquido médio

(Porcentagem)



\* V. análise da demonstração de resultados.

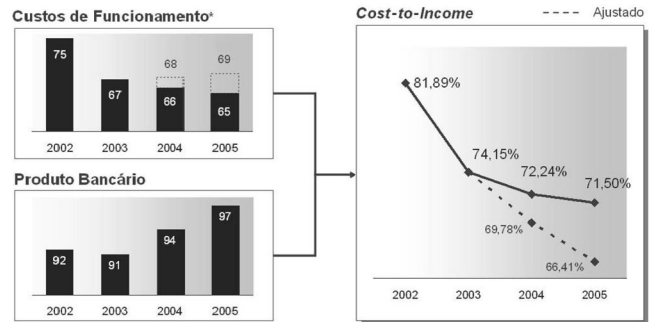
Fonte. — Unicare.

O *ratio cost-to-income* da Unicare (custos de funcionamento/produto bancário) evidencia uma ligeira redução, de 72,24% para 71,5%.

O *ratio cost-to-income* ajustado do efeito dos custos de natureza não recorrente reduz-se em 3,37 pontos percentuais, mantendo a tendência decrescente dos últimos anos.

#### Evolução do *cost-to-income* da Unicare

(Porcentagem. Milhões de euros)

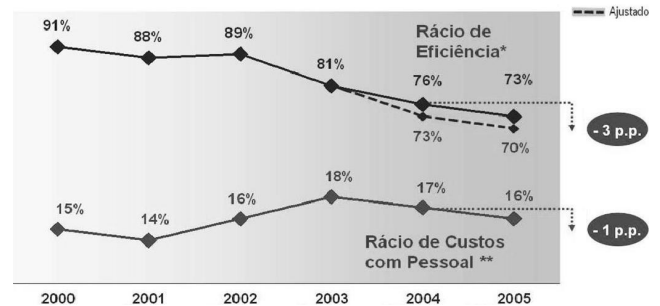


Fonte. — SAP; análise GAE.

De igual modo, outros indicadores de eficiência registam evolução favorável depois de ajustados: o *ratio* de eficiência desce 3,2 pontos percentuais e o *ratio* de custos com pessoal desce 0,8 pontos percentuais.

#### Evolução dos principais indicadores de eficiência

(milhões de euros)



\* Rácio de eficiência = [custos de funcionamento (pessoal e FST) + amortizações]/produto bancário.

\*\* Rácio de custos com pessoal = custos com pessoal/produto bancário.

#### Proposta de aplicação de resultados

No exercício do ano de 2005 a Unicare obteve um lucro líquido de 12 817 917,72 euros.

Considerando as disposições legais e estatutárias, o conselho de administração propõe a seguinte aplicação de resultados (euros):

Para reserva legal .....	1 281 791,78
Para dividendos .....	10 180 461,90
Para reserva livre .....	1 355 664,04
<b>Total .....</b>	<b>12 817 917,72</b>

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2006. — O Conselho de Administração:  
Vitor Bento, presidente — Amadeu Paiva — Vasco Pereira.

#### Balanços em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

##### ACTIVO

(Em milhares de euros)

Notas	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	31	—	31	20
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito .....	58	272	272	297
Créditos sobre clientes .....	14	195 812	(6 821)	188 991
Participações .....	6	8	8	54
Partes de capital em empresas coligadas .....	6	25	25	49
Imobilizações incorpóreas .....	11	37 001	(36 185)	816
Imobilizações corpóreas .....	11	43 701	(31 521)	12 180
(Das quais: imóveis) .....	11	(11 406)	2 888	(8 518)
Acções próprias ou partes de capital próprias .....	51	243	—	243
Outros activos .....	31	9 175	—	9 175
Contas de regularização .....	27	18 715	—	18 715
<b>Total do activo .....</b>	<b>304 983</b>	<b>(74 527)</b>	<b>230 456</b>	<b>215 347</b>

## PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2005	2004
Débitos para com instituições de crédito:			
A prazo ou com pré-aviso .....	18	143 673	131 869
Outros passivos .....	31	15 380	25 018
Contas de regularização .....	27	29 139	22 371
Provisões para riscos e encargos:			
Provisões para pensões e encargos similares .....	24	940	3 699
Outras provisões .....	24	7 247	7 907
<i>Total do passivo</i> .....		<u>196 379</u>	<u>190 864</u>
Capital subscrito .....	51/52	10 000	8 500
Reservas .....	52	11 259	12 014
Lucro líquido do exercício .....	52	12 818	3 969
<i>Total da situação líquida</i> .....		<u>34 077</u>	<u>24 483</u>
<i>Total do passivo e situação líquida</i> .....		230 456	215 347

O Conselho de Administração: *Vitor Bento*, presidente — *Amadeu Paiva* — *Vasco Pereira*.

## Demonstrações dos resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

## CUSTOS

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Juros e custos equiparados .....	55	4 055	3 558
Comissões .....	54	164 892	178 576
Prejuízos em operações financeiras .....		10	15
Gastos gerais administrativos:			
Custos com pessoal .....	57	17 012	15 777
Dos quais:			
(— salários e vencimentos) .....	57	(10 553)	(10 246)
(— encargos sociais) .....	57	(4 843)	(5 439)
Dos quais:			
(— com pensões) .....	57	(3 001)	(3 683)
Outros gastos administrativos .....	56	53 932	52 138
Amortizações do exercício .....	11	3 532	3 313
Outros custos de exploração .....	39	455	107
Provisões para crédito vencido e para outros riscos .....	24	8 405	13 578
Perdas extraordinárias .....	39	2 080	1 422
Impostos sobre lucros .....	41	4 747	5 083
Outros impostos .....		262	219
Lucro líquido do exercício .....	52	12 818	3 969
<i>Total</i> .....		<u>272 200</u>	<u>277 755</u>

## PROVEITOS

	Notas	2005	2004
Juros e proveitos equiparados .....	53	24 575	21 278
Rendimento de títulos .....		—	6
Comissões .....	54	226 423	241 692
Lucros em operações financeiras .....		3	6
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e compromissos .....	24	1 134	385
Outros proveitos de exploração .....	39	15 060	13 171
Ganhos extraordinários .....	39	5 005	1 217
<i>Total</i> .....		<u>272 200</u>	<u>277 755</u>

O Conselho de Administração: *Vitor Bento*, presidente — *Amadeu Paiva* — *Vasco Pereira*.

## Anexos às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

Nota introdutória:

A Unicre — Instituição Financeira de Crédito, S. A. (anteriormente denominada Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.) é uma instituição financeira constituída em 17 de Abril de 1974. A Unicre está autorizada, pelo Ministério das Finanças, a operar no âmbito do disposto nos Decretos-Lei n.º 46 302, de 27 de Abril de 1965 e n.º 166/95, de 15 de Julho.

Em Dezembro de 2005, a Unicre procedeu à alteração dos seus estatutos, com modificação da firma e objecto social, passando a adoptar a actual denominação social. A Unicre passou a ter por objecto social a prática de todas as operações permitidas aos bancos, com excepção da recepção de depósitos.

No âmbito da alteração acima referida, a Unicre aumentou o seu capital social de 8 500 000 euros para 10 000 000 de euros, através da incorporação de 450 000 euros de reservas de reavaliação do activo immobilizado e de 1 050 000 euros de reservas livres (nota n.º 51).

A actividade da Unicre é desenvolvida em duas grandes áreas: a emissão e gestão de cartões de crédito e a gestão e manutenção da rede de estabelecimentos aceitantes desse meio de pagamento. Adicionalmente, a Unicre presta ainda os serviços associados ao desenvolvimento da sua actividade.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário. As notas que se encontram ausentes não são aplicáveis ou a sua inclusão não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

### 3 — Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos da Unicre, de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

*a) Crédito concedido.* — O crédito concedido reflecte o saldo em dívida dos utilizadores dos cartões emitidos pela Unicre, o qual inclui as transacções realizadas pendentes de liquidação.

*b) Especialização de exercícios.* — Os proveitos e custos relativos a juros de operações activas e passivas reconhecem-se de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados na demonstração dos resultados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de créditos vencidos apenas são registados como proveitos no momento em que são cobrados.

Os custos com pensões são registados de acordo com o descrito na alínea i) abaixo.

*c) Transacções em divisas.* — As transacções em moeda estrangeira são convertidas em euros na data da transacção, sendo liquidadas ou facturadas nesta moeda.

Os saldos em moeda estrangeira encontram-se registados ao câmbio oficial de divisas, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal à data do balanço, sendo as diferenças cambiais reconhecidas como proveitos ou custos do exercício nas rubricas de prejuízos ou lucros em operações financeiras.

### *d) Provisão para crédito e juros vencidos e riscos gerais de crédito:*

Provisão para crédito e juros vencidos:

A provisão para créditos e juros vencidos encontra-se sujeita ao disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal e destina-se a fazer face aos riscos de cobrança das prestações vencidas e das dívidas que no final do exercício se encontram em mora.

A constituição desta provisão é efectuada em função do período decorrido após o respectivo vencimento.

Provisão para riscos gerais de crédito:

Esta provisão encontra-se classificada no passivo e incluída na rubrica de provisões para riscos e encargos — outras provisões.

Tem uma natureza global e destina-se a fazer face a riscos de cobrança de crédito concedido, não identificados especificamente. Esta provisão é calculada com base numa taxa genérica de 1,5%, aplicada ao crédito concedido não vencido e a outros activos existentes à data do balanço.

A partir de 1 de Janeiro de 2001 as provisões constituídas para riscos gerais de crédito deixaram de ser fiscalmente aceites como custo. No entanto, face ao regime transitório definido, durante 2001 e 2002, 50% dos reforços desta provisão foram ainda aceites como custo fiscal.

Adicionalmente, nos termos da legislação fiscal em vigor, quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos do exercício, em primeiro lugar, aqueles que tenham sido custo fiscal no exercício da respectiva constituição.

*e) Imobilizações corpóreas.* — O immobilizado corpóreo encontra-se registado ao custo, tendo sido reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

As mais-valias líquidas que resultaram destas reavaliações foram creditadas na rubrica de reserva de reavaliação (nota n.º 52).

Ao abrigo da directriz contabilística n.º 16 — reavaliação de activos immobilizados tangíveis — o valor líquido resultante desta reavaliação só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

As amortizações são calculadas de acordo com o método de quotas constantes, excepto para equipamento informático, máquinas, instalações e mobiliário, adquiridos após 1 de Janeiro de 1989, para os quais as amortizações são calculadas de acordo com o método das quotas degressivas.

As taxas utilizadas são as fiscalmente aceites como custo, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos
Imóveis .....	50
Mobiliário e material .....	8
Máquinas e ferramentas .....	5-8
Equipamento informático .....	4
Instalações interiores .....	10
Material de transporte .....	4
Equipamento de segurança .....	10

Uma percentagem equivalente a 40% do aumento das amortizações resultante das reavaliações registadas pela Unicre não é considerada como custo fiscal.

A Unicre não regista os impostos diferidos que resultam desta situação.

*f) Imobilizações incorpóreas.* — As immobilizações incorpóreas compreendem, principalmente, despesas com *software* e indemnizações, encontrando-se estas últimas integralmente amortizadas.

Os custos incorridos com *software* são reconhecidos de acordo com o método das quotas constantes, ao longo de um período de três anos.

*g) Participações e partes de capital em empresas coligadas.* — As participações maioritárias no capital de empresas cujo objecto é complementar com a actividade da Unicre são registadas pelo seu custo de aquisição na rubrica de partes de capital em empresas coligadas.

As restantes participações que se revestem de carácter duradouro são registadas ao custo na rubrica de participações.

*h) Locação financeira.* — Os activos adquiridos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no activo immobilizado e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados como custos financeiros (nota n.º 55).

*i) Fundo de pensões.* — A Unicre assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência, tendo por base os salários e vencimentos estimados dos colaboradores na data da reforma

e tempo de serviço prestado pelos colaboradores. Para o efeito, constituiu um Fundo de Pensões.

De acordo com o aviso n.º 12/2001, de 9 de Novembro e o aviso n.º 7/2002, de 31 de Dezembro, do Banco de Portugal, as principais regras de cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência e do respectivo financiamento, são as seguintes:

i) Obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades por pensões em pagamento e de manter um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, no final de cada exercício;

ii) A não inclusão de decrementos por invalidez no cálculo das responsabilidades com pensões dos empregados no activo, permitindo que o acréscimo de responsabilidades que resulte desta alteração seja registado em custos diferidos (nota n.º 27) e amortizado num período de 10 anos;

iii) O custo do exercício com pensões de reforma inclui o custo dos serviços correntes e o custo dos juros deduzido do rendimento esperado;

iv) Os desvios actuariais e financeiros podem não afectar o resultado do exercício, sendo registados numa rubrica de flutuação de valores, desde que o respectivo montante não exceda o maior dos seguintes montantes:

10% do valor actual das responsabilidades por pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, reportado ao final do exercício que serve de referencial para cálculo dos desvios;

10% do valor dos activos do fundo de pensões, reportado ao final do mesmo exercício.

Caso existam desvios actuariais e financeiros superiores aos limites acima referidos podem ser registados como custos ou proveitos diferidos e amortizados num período de 10 anos, com início no ano seguinte àquele em que são apurados.

A Unicre utilizou esta faculdade de diferimento, tendo reconhecido as perdas actuariais e financeiras acumuladas em flutuação de valores (nota n.º 27).

v) Nos termos do regime do Banco de Portugal em vigor, as perdas e ganhos actuariais resultantes de alterações nos pressupostos actuariais e financeiros e nas condições gerais do plano de pensões são registados como custos ou proveitos diferidos, respectivamente, devendo ser amortizados, no mínimo, em 10% ao ano, com início no exercício seguinte ao do respectivo apuramento.

A Unicre utilizou esta faculdade de diferimento, tendo as perdas e ganhos actuariais resultantes destas situações sido reconhecidas em custos e proveitos diferidos, respectivamente (nota n.º 27).

Na nota n.º 49 é apresentado o nível de cobertura das responsabilidades com pensões de reforma.

j) *Encargos com cuidados de saúde.* — No exercício de 2004, a Unicre solicitou à Pensõesger — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., um estudo actuarial com a determinação da estimativa das responsabilidades com os encargos com cuidados de saúde dos seus empregados e pensionistas — SAMS. Nos termos do regime previsto no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário, a Unicre tem a obrigação de realizar mensalmente contribuições para os SAMS, correspondentes a 6,5% dos valores pagos pelo Fundo de Pensões aos reformados e pensionistas. Em 2004, estas responsabilidades foram cobertas através de uma provisão para pensões e encargos similares (nota n.º 24).

Em 2005, na sequência da alteração do contrato constitutivo do fundo de pensões, a cobertura das responsabilidades com o SAMS passou a ser assegurada pelo Fundo de Pensões da Unicre.

k) *Provisão para outros riscos e encargos.* — Nesta rubrica são registados os custos destinados a fazer face a perdas potenciais decorrentes da actividade da Unicre, nomeadamente custos de reestruturação e contingências fiscais (nota n.º 24).

Regra geral, esta provisão não é aceite como custo para fins fiscais.

#### 6 — Participações e partes de capital em empresas coligadas:

##### Participações:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Custo de aquisição	
	2005	2004
Mastercard Incorporated .....	8	8
SISP — Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S. A. R. L. ....	—	46
	8	54

Em Agosto de 2005, a Unicre alienou a participação que detinha na SISP — Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S. A. R. L., pelo montante global de 46 milhares de euros, equivalente ao respectivo custo de aquisição.

##### Partes de capital em empresas coligadas:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Porcentagem de participação	Custo de aquisição	2005		Sede
			Capitais próprios	Resultado do exercício	
Consulprest — Sociedade Prestadora de Serviços de Consultoria, L. <sup>da</sup> .....	99	25	258	27	Lisboa
Descrição	Porcentagem de participação	Custo de aquisição	2004		Sede
			Capitais próprios	Resultado do exercício	
Consulprest — Sociedade Prestadora de Serviços de Consultoria, L. <sup>da</sup> .....	99	25	231	54	Lisboa
Equipreste — Sociedade Técnica de Serviços, L. <sup>da</sup> .....	99	24	283	8	Lisboa

Em Junho de 2005, a Unicre alienou a participação que detinha na Equipreste — Sociedade Técnica de Serviços, L.<sup>da</sup>, equivalente a cerca de 99% do respectivo capital social, pelo montante global de 633 milhares de euros. Na sequência desta operação, a Unicre reconheceu uma mais valia no montante de 608 milhares de euros (nota

n.º 39). Nos termos previstos no contrato de compra e venda, em 31 de Dezembro de 2005, a Unicre tem registada uma conta a receber no montante de 190 milhares de euros, correspondente a 30% do valor de venda, a qual foi liquidada em Janeiro de 2006. (nota n.º 31).

## 11 — Imobilizações incorpóreas e corpóreas:

O movimento no imobilizado corpóreo e incorpóreo durante o exercício de 2005 foi o seguinte:

	2004		2005				
	Valor bruto	Adições	Transfe-rências	Abates	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
<b>Imobilizado incorpóreo:</b>							
Trespases .....	10	—	—	—	10	—	10
Custos plurianuais .....	876	—	—	—	876	(876)	—
Despesas com aumentos de capital .....	99	—	—	—	99	(99)	—
Campanhas publicitárias .....	111	—	—	—	111	(111)	—
Software .....	34 398	32	1 026	—	35 456	(34 650)	806
Indemnizações .....	449	—	—	—	449	(449)	—
Imobilizado em curso .....	885	141	(1 026)	—	—	—	—
	<u>36 828</u>	<u>173</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>37 001</u>	<u>(36 185)</u>	<u>816</u>
<b>Imobilizado corpóreo:</b>							
<b>Imóveis:</b>							
De serviço próprio .....	11 188	—	—	—	11 188	(2 723)	8 465
Obras em imóveis .....	153	—	—	—	153	(153)	—
Outros imóveis .....	65	—	—	—	65	(12)	53
Mobiliário e material .....	1 680	16	—	(7)	1 689	(1 606)	83
Máquinas e ferramentas .....	3 958	14	—	(1 406)	2 566	(2 446)	120
Equipamento informático .....	20 428	3 781	—	(101)	24 108	(21 348)	2 760
Instalações interiores .....	3 559	7	—	(2)	3 564	(2 963)	601
Material de transporte .....	127	23	—	(87)	63	(44)	19
Equipamento de segurança .....	263	7	—	—	270	(226)	44
Património artístico .....	8	—	—	—	8	—	8
Imobilizado em curso .....	—	27	—	—	27	—	27
	<u>41 429</u>	<u>3 875</u>	<u>—</u>	<u>(1 603)</u>	<u>43 701</u>	<u>(31 521)</u>	<u>12 180</u>
	<u>78 257</u>	<u>4 048</u>	<u>—</u>	<u>(1 603)</u>	<u>80 702</u>	<u>(67 706)</u>	<u>12 996</u>

O movimento nas amortizações acumuladas do imobilizado incorpóreo e corpóreo durante o exercício de 2005 foi o seguinte:

	2004		2005		
	Amortizações acumuladas	Adições	Abates	Regula-rizações	Amort. acumul.
<b>Imobilizado incorpóreo:</b>					
Custos plurianuais .....	876	—	—	—	876
Despesas com aumentos de capital .....	99	—	—	—	99
Campanhas publicitárias .....	111	—	—	—	111
Software .....	33 467	1 183	—	—	34 650
Indemnizações .....	449	—	—	—	449
	<u>35 002</u>	<u>1 183</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>36 185</u>
<b>Imobilizado corpóreo:</b>					
<b>Imóveis:</b>					
De serviço próprio .....	2 555	168	—	—	2 723
Obras em imóveis .....	153	—	—	—	153
Outros imóveis .....	12	—	—	—	12
Mobiliário e material .....	1 570	43	(7)	—	1 606
Máquinas e ferramentas .....	3 658	66	(1 278)	—	2 446
Equipamento informático .....	19 497	1 920	(69)	—	21 348
Instalações interiores .....	2 835	130	(2)	—	2 963
Material de transporte .....	115	7	(78)	—	44
Equipamento de segurança .....	211	15	—	—	226
	<u>30 606</u>	<u>2 349</u>	<u>(1 434)</u>	<u>—</u>	<u>31 521</u>
	<u>65 608</u>	<u>3 532</u>	<u>(1 434)</u>	<u>—</u>	<u>67 706</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, as imobilizações incorpóreas em curso referem-se a desenvolvimentos nos sistemas informáticos da Unicre de suporte ao negócio para adaptação a novas regras de controlo de fraude com a utilização de cartões, cuja entrada em funcionamento ocorreu no exercício de 2005.

## 14 — Créditos sobre clientes:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Crédito interno:		
Cartões — Marca Unibanco .....	169 298	158 272
Cartões — Outras marcas .....	7 392	5 421
Transferências automáticas .....	1 098	4 055
Outros .....	—	9
	177 788	167 757
Crédito e juros vencidos .....	18 024	16 725
	195 812	184 482
Provisão para crédito e juros vencidos (nota n.º 24) .....	(6 821)	(6 904)
	188 991	177 578

Considerando que os créditos da Unicre não têm prazo fixo de reembolso, não devendo contudo ultrapassar o prazo de um ano, estes podem ser considerados na totalidade como créditos de curto prazo.

As transferências automáticas incluídas nos cartões emitidos pela Unicre correspondem ao montante processado de clientes, cuja forma de pagamento definida contratualmente consiste na cobrança, via transferência bancária, da respectiva percentagem acordada nas datas dos correspondentes vencimentos.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a distribuição do crédito vencido de acordo com a respectiva antiguidade era a seguinte:

	Até três meses		De três meses a seis meses		De seis meses a 12 meses		De 13 meses a 18 meses		Superior a três anos		Total	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Cartões — Marca Unibanco .....	5 468	3 973	3 729	3 667	4 021	4 620	2 229	2 205	—	—	15 447	14 465
Cartões — Outras marcas .....	251	169	213	175	322	330	149	218	—	—	935	892
Devedores diversos .....	67	67	35	225	1	15	411	205	5	—	519	512
Notas de débito a comerciantes .....	85	36	4	22	56	30	112	95	51	39	308	222
Notas de débito a bancos .....	—	—	22	83	60	6	10	8	9	6	101	103
Juros vencidos a regularizar .....	714	531	—	—	—	—	—	—	—	—	714	531
	6 585	4 776	4 003	4 172	4 460	5 001	2 911	2 731	65	45	18 024	16 725

Para além da provisão para crédito e juros vencidos acima indicada, em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, a Unicre tem uma provisão para riscos gerais de crédito, nos montantes de 4960 milhares de euros e 4810 milhares de euros, respectivamente (nota n.º 24).

## 18 — Débitos para com instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Empréstimos a curto prazo:		
Descobertos bancários .....	31 996	53 354
Hot moneys .....	110 000	80 000
Empréstimo de tesouraria — de três meses a seis meses .....	5 000	5 000
	146 996	138 354
Adiantamentos a bancos resultantes dos cartões de débito .....	(3 323)	(6 485)
	143 673	131 869

Em 31 de Dezembro de 2005, os empréstimos a curto prazo — *hot moneys* e empréstimo de tesouraria, venciam juros às taxas médias anuais de, aproximadamente, 2,89 % e 2,75 %, respectivamente (2,65 % e 2,75 %, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2004).

Os descobertos bancários, considerados com vencimento a três meses, não têm prazo fixo de reembolso.

O saldo dos adiantamentos a bancos resultantes dos cartões de débito corresponde aos débitos realizados pela Unicre aos bancos que se encontram no fim do mês pendentes de confirmação. Estas operações são regularizadas nos primeiros dias do mês seguinte.

## 24 — Movimento nas provisões:

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2005 e 2004 foi o seguinte:

	2005					SalDOS em 31 de Dezembro de 2005
	SalDOS em 31 de Dezembro de 2004	Dotações	Reposições	Utilizações	Transfe-rências	
Crédito e juros vencidos (nota n.º 14) .....	6 904	6 899	(232)	(6 750)	—	6 821



	2005					Saldos em 31 de Dezembro de 2005
	Saldos em 31 de Dezembro de 2004	Dotações	Reposições	Utilizações	Transfe-rências	
Pensões e encargos similares:						
Cuidados de saúde — SAMS .....	2 694	—	(902)	(1 792)	—	—
Reformas por invalidez .....	1 005	940	—	(1 005)	—	940
	3 699	940	(902)	(2 797)	—	940
Riscos gerais de crédito .....	4 810	150	—	—	—	4 960
Outros riscos e encargos:						
Reestruturações (nota n.º 57) .....	1 000	1 500	—	(629)	—	1 871
Contingências fiscais (nota n.º 31) .....	263	416	—	(263)	—	416
Actualização <i>software</i> .....	1 834	—	—	(1 834)	—	—
	3 097	1 916	—	(2 726)	—	2 287
	18 510	9 905	(1 134)	(12 273)	—	15 008
2004						
	Saldos em 31 de Dezembro de 2003	Dotações	Reposições	Utilizações	Transfe-rências	Saldos em 31 de Dezembro de 2004
Crédito e juros vencidos (nota n.º 14) .....	10 022	6 524	(385)	(6 963)	(2 294)	6 904
Pensões e encargos similares:						
Cuidados de saúde — SAMS .....	—	2 694	—	—	—	2 694
Reformas por invalidez .....	—	1 005	—	—	—	1 005
	—	3 699	—	—	—	3 699
Riscos gerais de crédito .....	2 258	258	—	—	2 294	4 810
Outros riscos e encargos:						
Reestruturações .....	—	1 000	—	—	—	1 000
Contingências fiscais (nota n.º 31) .....	—	263	—	—	—	263
Actualização <i>software</i> .....	—	1 834	—	—	—	1 834
	—	3 097	—	—	—	3 097
	12 280	13 578	(385)	(6 963)	—	18 510

Provisões para crédito e juros vencidos e riscos gerais de crédito:

A Unicre tem como procedimento utilizar provisões quando o crédito vencido atinge 18 meses. Caso este crédito seja recuperado, a Unicre reflecte essa recuperação em outros proveitos de exploração — recuperação de créditos incobráveis (nota n.º 39).

O montante de 2294 milhares de euros, transferido no exercício de 2004 de provisões para crédito e juros vencidos para provisões para riscos gerais de crédito, é relativo às provisões constituídas em exercícios anteriores para fazer face ao risco de cobrabilidade da carteira de crédito da Unicre, em excesso face aos mínimos exigidos pelo aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

As utilizações de provisões ocorridas nos exercícios de 2005 e 2004 para crédito e juros vencidos, apresentam o seguinte detalhe:

	2005	2004
Cartões — Marca Unibanco .....	4 758	5 339
Cartões — Outras marcas .....	384	665
Outras utilizações .....	1 608	959
	6 750	6 963

As outras utilizações resultam de situações de falência, clientes com paradeiro desconhecido ou falecidos, acordos e perdões.

Provisões para pensões e encargos similares:

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de provisões para pensões e encargos similares — cuidados de saúde — SAMS, referia-se à estimativa das responsabilidades com os encargos com cuidados de saúde — SAMS — dos empregados e pensionistas da Unicre, determinadas pela

Pensõesgere — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A. (entidade que gere o Fundo de Pensões da Unicre). No exercício de 2005, na sequência da alteração do contrato constitutivo do fundo de pensões, a cobertura das responsabilidades com o SAMS passou a ser assegurada pelo Fundo de Pensões da Unicre. Na sequência desta alteração, a Unicre utilizou as provisões equivalentes ao acréscimo de responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência originadas por esta inclusão (1792 milhares de euros), as quais foram determinadas pela Pensõesgere com referência a 31 de Dezembro de 2005, e procedeu à reposição de provisões no montante de 902 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de provisões para pensões e encargos similares — reformas por invalidez, referia-se ao acréscimo de responsabilidades com pensões de reforma, na sequência da passagem à reforma por invalidez de um conjunto de funcionários da Unicre, as quais se concretizaram no exercício de 2005. O acréscimo total de responsabilidades decorrente de reformas por invalidez e rescisões no exercício de 2005 ascendeu a 1441 milhares de euros, tendo a Unicre utilizado provisões no montante de 1005 milhares de euros e reconhecido o diferencial como custos com pessoal do exercício, no montante de 436 milhares de euros (nota n.º 49). Em 31 de Dezembro de 2005, o saldo desta rubrica refere-se à estimativa do acréscimo de responsabilidades com pensões de reforma, na sequência da passagem à reforma de um conjunto de funcionários a ocorrer no exercício de 2006.

Provisões para outros riscos e encargos:

A rubrica de provisões para outros riscos e encargos — reestruturações, está relacionada com custos a suportar na sequência de uma reestruturação de processos da Unicre iniciada no exercício de 2005, e que se encontra actualmente em curso, nomeadamente indemnizações por rescisões de contratos de trabalho. O reforço desta provisão no exercício de 2005, no montante de 1500 milhares de euros, foi

registada por contrapartida da rubrica de custos com pessoal (nota n.º 57).

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de provisões para outros riscos e encargos — actualização *software*, referia-se aos encargos a suportar pela Unicre em 2005, resultantes da necessidade de actualização do *software* dos terminais electrónicos utilizados no âmbito da actividade de *acquiring*.

O desenvolvimento efectuado, iniciou-se no exercício de 2004, e teve como objectivo a adaptação destes terminais às novas regras de controlo de fraude com a utilização de cartões, as quais entraram em vigor em 1 de Janeiro de 2005.

#### 27 — Contas de regularização:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	Activo:	
	2005	2004
Juros a receber de crédito .....	2 254	2 032
Outros proveitos a receber .....	640	1 031
Despesas com custo diferido:		
Pensões (nota n.º 49) .....	10 004	12 700
Conta a receber do fundo de pensões (nota n.º 49) .....	4 946	1 548
Outras .....	560	1 103
Flut. de valores — pensões (nota n.º 49) .....	—	131
Economato .....	3	3
Contas a receber da Visa Internacional .....	162	44
Outros .....	146	149
	<b>18 715</b>	<b>18 741</b>

#### Passivo:

	Passivo:	
	2005	2004
Receitas com proveito diferido:		
Pensões (nota n.º 49) .....	14 397	13 636
Anuidades a distribuir .....	2 741	2 730
Cash em conta .....	107	1 017
Outros .....	—	2
Flut. de valores — pensões (nota n.º 49) .....	5 699	—
Provisão para férias e subsídio de férias .....	1 508	1 525
Provisão para actualização — EMV .....	1 200	—
Provisão para bónus a pagar a colaboradores .....	931	884
Valores a distribuir a terceiros .....	879	879
Juros a pagar por empréstimos obtidos .....	265	184
Comissões sobre factur. a pagar aos bancos .....	37	2
Charge Backs Visa e Mastercard .....	15	75
Outros .....	1 360	1 437
	<b>29 139</b>	<b>22 371</b>

A rubrica de despesas com custo diferido — Conta a receber do Fundo de Pensões, poderá vir a ser utilizada no futuro para fazer face a acréscimos de responsabilidades com pensões de reforma da Unicre, decorrentes nomeadamente do custo normal de períodos futuros, diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros e os valores efectivamente verificados e eventuais alterações nos pressupostos actuariais. Este montante não se destina a ser reembolsado pelo fundo de pensões à Unicre.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as despesas com custo diferido — outras, incluem os encargos especializados pela Unicre com contratos de manutenção de *software*.

A rubrica de anuidades a distribuir corresponde à especialização das anuidades cobradas aos utilizadores de cartões Unibanco ao longo do período de vigência do respectivo cartão.

A rubrica de *cash* em conta corresponde à especialização de encargos debitados a clientes pela utilização de cartões de crédito na modalidade de *cash advance* em conta, no decorrer do período de reembolso acordado.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de provisão para actualização — EMV refere-se a encargos a suportar pela Unicre em 2006

resultantes da realização de actualizações no *software* dos terminais Multibanco, com o objectivo de adaptação dos terminais às novas regras de controlo de fraude na utilização de cartões.

Em 31 de Dezembro de 2005 de 2004, a rubrica de valores a distribuir a terceiros refere-se à comparticipação recebida pela Unicre da Visa Internacional em 2003, no âmbito do programa de desenvolvimento e adaptação de tecnologia para implementação de terminais de pagamento automático para leitura de uma nova modalidade de cartões de crédito com *chip* por parte de entidades terceiras.

#### 31 — Outros activos/passivos:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

##### Activo:

	Activo:	
	2005	2004
Contas a cobrar a:		
Visa Internacional .....	4 182	3 222
Mastercard/Eurocard .....	2 478	1 041
Maestro .....	368	288
Diners Club Internacional .....	77	73
Targeta 6000 .....	37	34
JCB .....	13	8
Contas a cobrar a comerciantes e bancos por regularizações de saldos .....	1 022	752
IVA a recuperar .....	475	—
Venda de imobilizado .....	146	—
Cauções prestadas .....	64	65
Empréstimos a empregados .....	14	25
Outros .....	299	208
	<b>9 175</b>	<b>5 716</b>

A rubrica de contas a cobrar a comerciantes e bancos por regularizações de saldos, inclui a facturação recebida da Telepac respeitante aos custos de instalação dos terminais POS junto dos comerciantes.

Este montante é posteriormente facturado aos comerciantes ou aos bancos consoante a respectiva instalação seja patrocinada pela Unicre ou pelos bancos, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de outros inclui 190 milhares de euros relativos à alienação da participação na Equipreste — Sociedade Técnica de Serviços, L.da (nota n.º 6). Nos termos previstos no contrato de compra e venda, este montante foi liquidado em Janeiro de 2006.

##### Passivo:

	Passivo:	
	2005	2004
Fornecedores diversos:		
Nacionais .....	8 380	10 252
Estrangeiros .....	260	373
Cauções de comerciantes .....	2 569	2 639
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) .....	1 351	4 421
Comissões a pagar a bancos .....	1 720	5 845
Facturação a pagar a comerciantes .....	393	723
Imposto do selo a pagar .....	222	257
Retenção de IRS .....	156	155
IVA a pagar .....	97	139
Anuidades .....	33	36
Outros .....	199	178
	<b>15 380</b>	<b>25 018</b>

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica de fornecedores diversos — nacionais, inclui um montante de 4109 milhares de euros e 6494 milhares de euros, respectivamente, a pagar à SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A., referente à utilização dos seus meios informáticos que compreendem o sistema central de processamento de operações e de apoio nas transacções efectuadas por POS.

As cauções de comerciantes correspondem ao depósito que foi realizado por estes no momento de adesão à rede da Unicre. Estes montantes são devolvidos aos comerciantes quando estes decidem deixar de pertencer à rede.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica de comissões a pagar a bancos inclui:

	2005	2004
Comissão de serviço do banco de apoio .....	1 203	1 329
Comissões Issuer Optional Fee .....	429	—
Encargos com membros emissores de cartões	15	4 516
Outros .....	73	—
	<u>1 720</u>	<u>5 845</u>

Como comissão de serviço do banco de apoio encontra-se registado o montante que à data do balanço ainda não tinha sido liquidado aos bancos pelos serviços de captação e de manutenção de clientes e de promoção do negócio no âmbito da Redunice (nota n.º 56).

Na rubrica de comissões Issuer Optional Fee encontra-se registado o montante que à data do balanço ainda não tinha sido liquidado aos bancos e que foi debitado pela Unice a clientes por transacções efectuadas fora da zona euro (nota n.º 54).

Como encargos com membros emissores de cartões, encontra-se registado o montante que à data do balanço ainda não tinha sido liquidado aos bancos (nota n.º 54).

O movimento a nível do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) durante os exercícios de 2004 e 2005, foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2003 (nota n.º 41) .....	3 157
Pagamentos realizados no exercício:	
Relativos ao exercício anterior .....	(1 523)
Pagamentos por conta .....	(2 303)
Dotação para impostos sobre lucros (nota n.º 41) .....	5 083
Acerto da liquidação de IRC do exercício 2002 .....	7
Saldo em 31 de Dezembro de 2004 (nota n.º 41) .....	<u>4 421</u>
Pagamentos realizados no exercício:	
Relativos ao exercício anterior .....	(2 722)
Pagamentos por conta .....	(3 875)
Dotação para impostos sobre lucros (nota n.º 41) .....	4 747
Declaração de substit. de IRC dos exerc. de 2002 e 2003	<u>(1 220)</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2005 (nota n.º 41) .....	<u>1 351</u>

O excesso de estimativa de imposto gerado em cada período permanece nesta rubrica, sendo anulado após a revisão das autoridades fiscais do exercício em causa. Em 2005, a Unice procedeu à entrega de declarações de substituição do modelo 22 de IRC dos exercícios de 2002 e 2003 que implicaram o pagamento de imposto no montante total de 1483 milhares de euros, tendo sido utilizadas provisões para

outros riscos e encargos — contingências fiscais, no montante de 263 milhares de euros (nota n.º 24).

34 — Efectivos:

Nos exercícios de 2005 e 2004, o efectivo médio anual de colaboradores ao serviço da Unice, por categorias profissionais, era o seguinte:

	2005	2004
Direcção .....	11	11
Chefias .....	28	29
Funções específicas .....	78	79
Administrativos .....	168	183
Outros .....	<u>16</u>	<u>17</u>
	<u>301</u>	<u>319</u>

A sua distribuição por grupos profissionais segundo o ACTV foi:

Grupo I .....	285	301
Grupo II .....	1	1
Grupo III .....	<u>15</u>	<u>17</u>
	<u>301</u>	<u>319</u>

35 — Órgãos de gestão, direcção e fiscalização:

Nos exercícios de 2005 e 2004, as remunerações dos membros dos órgãos de gestão, direcção e fiscalização, bem como os montantes de outros compromissos ou adiantamentos, ascenderam a 951 milhares de euros e 789 milhares de euros, respectivamente (nota n.º 57).

37 — Activos e passivos em moeda estrangeira:

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os saldos em moeda estrangeira dos activos e passivos, convertidos em euros à taxa de câmbio indicativa do Banco de Portugal à mesma data, são os seguintes:

	2005	2004
Activos:		
Depósitos à ordem e caixa .....	6	7
Passivos:		
Fornecedores diversos estrangeiros .....	<u>46</u>	<u>18</u>

38 — Ventilação dos elementos da demonstração de resultados e do balanço por linhas de negócio e por mercados geográficos:

Em 31 de Dezembro de 2005, a estrutura de segmentação da Unice por linhas de negócio é a seguinte:

	Banca de retalho	(Redunice) acquiring	Outros	Reconciliação	Total
Juros e proveitos equiparados .....	24 575	1	—	(1)	24 575
Juros e custos equiparados .....	3 528	527	—	—	4 055
Comissões (proveitos) .....	19 902	202 426	4 095	—	226 423
Comissões (custos) .....	1 085	161 586	2 221	164 892	
Lucros em operações financeiras .....	2	1	1	(1)	3
Prejuízos em operações financeiras .....	3	4	3	—	10
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e compromissos .....	562	435	137	—	1 134
Provisões para crédito vencido e para outros riscos .....	7 679	577	149	8 405	
Outros proveitos de exploração .....	6 715	6 202	2 143	—	15 060
Resultado líquido do exercício .....	—	—	—	—	12 818
Créditos sobre clientes, bruto .....	195 812	—	—	—	195 812
Activo líquido total .....	<u>191 820</u>	<u>5 183</u>	<u>445</u>	<u>33 008</u>	<u>230 456</u>

Em 31 de Dezembro de 2005, a estrutura de segmentação da Unice por mercados geográficos é a seguinte:

	Portugal	Resto do Mundo	Outros	Reconciliação	Total
Juros e proveitos equiparados .....	24 575	—	—	—	24 575
Juros e custos equiparados .....	4 055	—	—	—	4 055
Comissões (proveitos) .....	222 729	3 694	—	—	226 423

	Portugal	Resto do Mundo	Outros	Reconci- liação	Total
Comissões (custos) .....	163 084	1 808	—	—	164 892
Lucros em operações financeiras .....	3	—	—	—	3
Prejuízos em operações financeiras .....	10	—	—	—	10
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e compromissos .....	1 134	—	—	1 134	—
Provisões para crédito vencido e para outros riscos .....	8 405	—	—	—	8 405
Outros proveitos de exploração .....	15 060	—	—	—	15 060
Resultado líquido do exercício .....	—	—	—	—	12 818
Créditos sobre clientes, bruto .....	195 812	—	—	—	195 812
Activo líquido total .....	223 218	7 238	—	—	230 456

39 — Ganhos e perdas extraordinários/outros proveitos e custos de exploração:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2005	2004
<b>Ganhos extraordinários:</b>		
ATM Chip Incentive Fee .....	1 938	—
Mais-valias na realiz. de valores imobilizados .....	653	—
Regularização de saldos .....	95	82
Rappel da VISA Europe .....	—	352
Indemnizações de acidentes de trabalho .....	—	13
Outros .....	60	4
	<u>2 746</u>	<u>458</u>
<b>Ganhos relativos a exercícios anteriores:</b>		
Fundo de pensões — amortiz. dos proveitos diferidos (nota n.º 49) .....	1 367	28
Acordo Cartão Valor .....	352	—
Regularizações diversas .....	272	269
Regularização de IVA (afecção real) .....	183	30
Regularizações diversas — facturas e saldos de fornecedores .....	29	80
Rappel de fornecedores .....	18	199
Recuperação de processos de fraude .....	13	72
Anulação de cheques não descontados .....	6	31
Outros .....	19	50
	<u>2 258</u>	<u>759</u>
	<u>5 005</u>	<u>1 217</u>

A rubrica de ganhos extraordinários — ATM Chip Incentive Fee refere-se à comparticipação da Visa Internacional nos custos suportados pela Unicre com o desenvolvimento e adaptação de tecnologia para implementação de terminais de pagamento automático para leitura de uma nova modalidade de cartões de crédito com *chip*.

No exercício de 2005, a rubrica de mais-valias na realização de valores imobilizados inclui 608 milhares de euros relativos à alienação da participação na Equipreste — Sociedade Técnica de Serviços, L.ª (nota n.º 6).

No exercício de 2005, a rubrica de acordo Cartão Valor está relacionada com um acordo assinado em Dezembro de 2005 entre a Unicre e a Unidivisa — Sociedade Financeira para Aquisição a Crédito, S. A., o qual pôs termo ao litígio que envolvia estas entidades relativamente à vigência e cessação da vigência do contrato celebrado em 2001 para a emissão do Cartão Valor. No âmbito desse acordo, a Unicre recebeu um montante de 641 milhares de euros, dos quais 352 milhares de euros correspondem a custos com *marketing* de exercícios anteriores a que a Unidivisa renunciou no acordo.

	2005	2004
<b>Perdas extraordinárias:</b>		
Facturação fraudulenta .....	191	131
Chargebacks não recuperáveis .....	106	—
Indemnizações a clientes .....	22	—
Multas e outras penalidades legais .....	1	11
Outros .....	2	7
	<u>322</u>	<u>149</u>

	2005	2004
<b>Perdas relativas a exercícios anteriores:</b>		
Fundo de pensões — amortiz. dos custos diferidos (nota n.º 49) .....	1 506	1 137
Facturação fraudulenta .....	156	131
Juros compensatórios — IRC .....	89	—
Outros .....	8	5
	<u>1 757</u>	<u>1 273</u>
	<u>2 080</u>	<u>1 422</u>
<b>Outros proveitos de exploração:</b>		
Recup. de cred. incobráveis (nota n.º 24) .....	4 787	3 912
Taxas de manutenção de POS .....	4 073	3 515
Prestação de serviços .....	1 628	1 944
Reembolso de despesas .....	1 281	1 396
Encargos debitados a clientes .....	1 213	862
Taxas de instalação .....	720	835
Receita mínima trimestral .....	520	—
Promoções .....	330	89
Proveitos da lista negra .....	82	205
Prémios de apreensão de cartões .....	41	59
Outros .....	385	354
	<u>15 060</u>	<u>13 171</u>
<b>Outros custos de exploração:</b>		
Quotizações .....	93	76
Donativos .....	362	31
	<u>455</u>	<u>107</u>

41 — Impostos sobre lucros:

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser objecto de revisão por parte da administração fiscal durante 4 anos (cinco no caso da segurança social). Em virtude desta regra, as declarações fiscais da Unicre respeitantes aos anos de 2002 a 2005 poderão vir a ser revistas. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível vquantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do conselho de administração da Unicre, não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima referidos, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

A carga fiscal imputada, paga e a pagar nos três últimos exercícios apresenta o seguinte detalhe:

	2005	2004	2003
<b>Carga fiscal:</b>			
Imputada .....	4 747	5 083	4 389
Paga .....	3 875	2 303	1 470
A pagar (nota n.º 31) .....	1 351	4 421	3 157

42 — Taxa efectiva de imposto:

A proporção em que a dotação para impostos sobre lucros incide sobre os resultados correntes e os resultados extraordinários em 31 de Dezembro de 2005 ascende a 27,03% (56,15% em 31 de Dezembro de 2004).

No exercício de 2004, a taxa efectiva de IRC é significativamente superior à taxa normal de imposto, dado terem sido efectuadas correcções para efeitos de apuramento da matéria colectável, nomeadamente:

i) Foram acrescidas as provisões para outros riscos e encargos e para pensões e encargos similares constituídas no exercício de 2004 no montante de 6796 milhares de euros (nota n.º 24);

ii) Foram acrescidos os custos do exercício com pensões de reforma reconhecidos no exercício de 2004 que excedem a contribuição paga ao Fundo de Pensões nesse exercício no montante de 2434 milhares de euros (nota n.º 49);

iii) Foram acrescidas as dotações de provisões para riscos gerais de crédito, no montante de 258 milhares de euros (nota n.º 24).

49 — Pensões de reforma:

Para determinação das responsabilidades por serviços passados da Unicare relativas a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela Pensõesger — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as hipóteses e bases técnicas utilizadas na determinação das responsabilidades com pensões de reforma apresentam o seguinte detalhe:

(Em percentagem)

	Pressupostos		Valores efectivamente verificados	
	2005	2004	2005	2004
Método actuarial .....	<i>Projected Unit Credit</i>			
Tábua de mortalidade .....	TV 88/90 GKF-80			
Taxa de desconto .....	4,75	5,50		
Taxa de rendimento do Fundo .....	4,75	5,50	10,88	4,50
Taxa de crescimento salarial .....	3,00	3,75	7,3	2,55
Taxa de crescimento das pensões .....	2,25	2,75	5,3	2,70
Taxa de rotação .....	Nula		—	—

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a Pensõesger — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., é a entidade que gere o Fundo de Pensões da Unicare. Nesta data o número de participantes do Fundo tem a seguinte composição:

	2005	2004
Empregados no activo .....	293	320
Reformados .....	21	11
	<u>314</u>	<u>331</u>
Ex-participantes .....	182	196
	<u>496</u>	<u>527</u>

São considerados ex-participantes no Fundo, anteriores empregados da Unicare aos quais, em virtude da cessação do contrato de trabalho, foi reconhecido o direito ao recebimento de pensão de reforma ao abrigo do Plano de Pensões, conforme estabelecido na cláusula 140.ª do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) do Sector Bancário.

As responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 relativas às condições gerais do plano de pensões em vigor nessas datas, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2005 (a)	2003
Estimativa das responsab. por serviços passados:		
Empregados no activo .....	37 850	36 308
Reformados .....	9 637	5 138
Demitidos (ex-participantes) .....	2 883	6 053
	<u>50 371</u>	<u>47 499</u>

	2005 (a)	2003
Cobertura das responsabilidades:		
Valores patrimoniais do Fundo, fornecido pela entidade gestora .....	56 990	51 905
Conta a receber do Fundo de Pensões (nota n.º 27) .....	(4 946)	(1 548)
	<u>52 044</u>	<u>50 357</u>
Estimativa das responsab. por serviços futuros	41 893	41 675

(a) No exercício de 2005, inclui responsabilidades com os encargos com cuidados de saúde — SAMS.

O movimento no fundo de pensões durante os exercícios de 2004 e 2005 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2003 .....	47 772
Contribuições .....	2 357
Pensões pagas .....	(405)
Rendimento líquido do Fundo .....	<u>2 181</u>
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2004 .....	51 905
Contribuições .....	—
Pensões pagas .....	(539)
Rendimento líquido do Fundo .....	<u>5 624</u>
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2005 .....	<u>56 990</u>

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, as responsabilidades por serviços passados ainda não reconhecidas como custo/(proveito) são:

	2005		2004	
	Valor de balanço (nota n.º 27)	Amortização do exercício (nota n.º 39)	Valor de balanço (nota n.º 27)	Amortização do exercício (nota n.º 39)
A) Despesas com custo diferido:				
A1 — Não consideração de decrementos por invalidez (2002) .....	3 253	542	3 795	542
A2 — Actualização das condições gerais do plano (2003) .....	6 751	964	8 905	595
	<u>10 004</u>	<u>1 506</u>	<u>12 700</u>	<u>1 137</u>
B) Receitas com proveito diferido:				
B1 — Alterações nos pressupostos actuariais (2003) .....	(223)	(28)	(251)	(28)
B2 — Alterações nos pressupostos actuariais (2004) .....	(12 046)	(1 339)	(13 385)	—

	2005		2004	
	Valor de balanço (nota n.º 27)	Amortização do exercício (nota n.º 39)	Valor de balanço (nota n.º 27)	Amortização do exercício (nota n.º 39)
B3 — Alterações nos pressup. actuariais e nas condições gerais do plano (2005)	(1 233)	—	—	—
B4 — Diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros e os valores efectivamente verificados — excesso do corredor .....	(895)	n/a	—	—
	<u>(14 397)</u>	<u>(1 367)</u>	<u>(13 636)</u>	<u>(28)</u>
C) Flutuação de valores:				
C1 — Diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros e os valores efectivamente verificados — corredor .....	(5 699)	n/a	131	n/a
Responsabilidades a amortizar (A1 + A2 + B1 + B2 + B3 + B4) .....	<u>(4 393)</u>	<u>139</u>	<u>(936)</u>	<u>1 109</u>

O aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal não permite a consideração de decrementos por invalidez no cálculo das responsabilidades por pensões para os empregados no activo. Esta alteração implicou um aumento das responsabilidades com pensões em 5422 milhares de euros. Este montante foi registado em custos diferidos, e está a ser reconhecido como custo de acordo com um plano de amortizações anuais durante um período de 10 anos, com início no exercício de 2002.

Nos exercícios de 2003 e 2004, a Unicare procedeu a alterações no plano constitutivo do seu Fundo de Pensões, no que respeita à inclusão das responsabilidades com ex-participantes com data de admissão no sistema bancário posterior a 1 de Janeiro de 1995 e à inclusão do tempo de serviço noutras instituições de crédito, função pública e serviço militar. O acréscimo das responsabilidades, determinado pela Pensõesgera — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., com referência a 31 de Dezembro de 2004, ascendeu a 8905 milhares de euros. Este montante foi registado em custos diferidos e está a ser reconhecido como custo de acordo com o seguinte plano de amortizações anuais: 5946 milhares de euros durante um período de 10 anos, iniciado no exercício de 2003, e 2959 milhares de euros durante o período remanescente de 8 anos, iniciado no exercício de 2005.

Por outro lado, nos exercícios de 2003, 2004 e 2005, a Unicare procedeu a alterações dos pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação do valor das responsabilidades com pensões de reforma, nomeadamente ao nível da taxa de rendimento do Fundo, taxa de crescimento salarial e taxa de crescimento das pensões, bem como a clarificações no contrato constitutivo do seu Fundo de Pensões. Os ganhos e perdas actuariais originados por estas alterações foram registados em receitas com proveitos diferidos ou despesas com custos diferidos, respectivamente, e são amortizados durante um período de dez anos, com início no exercício seguinte ao do respectivo apuramento.

No exercício de 2005, e em virtude da inclusão no plano do Fundo de Pensões das responsabilidades com os encargos com cuidados de saúde — SAMS — dos empregados e pensionistas da Unicare, verifi-

cou-se a formalização de um novo plano constitutivo do Fundo de Pensões da Unicare, tendo sido efectuada uma revisão do cálculo do valor actual das responsabilidades com referência a 31 de Dezembro de 2005. Neste contexto, o acréscimo de responsabilidades pela referida inclusão, determinado pela Pensõesgera — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., com referência a 31 de Dezembro de 2005, ascendeu a 1792 milhares de euros. Dado que a Unicare havia constituído, para este efeito uma provisão de 2694 milhares de euros, foi efectuada uma reposição de provisões pelo diferencial, no montante de 902 milhares de euros (nota n.º 24).

De acordo com o aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal o custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros deduzido do rendimento esperado. Nos exercícios de 2005 e 2004, o custo do exercício tem a seguinte composição (nota n.º 57):

	2005	2003
Custo dos serviços correntes .....	2 754	3 573
Custo dos juros .....	2 602	2 925
Rendimento esperado .....	(2 845)	(2 853)
	<u>2 511</u>	<u>3 645</u>
Reformas por invalidez e rescisões (nota n.º 24)	436	—
	<u>2 947</u>	<u>3 645</u>

#### 51 — Capital subscrito:

Em 31 de Dezembro de 2005, o capital da Unicare estava representado por 2 000 000 de acções com um valor nominal de cinco euros cada (1 700 000 acções com um valor nominal de cinco euros cada em 31 de Dezembro de 2004), integralmente subscritas e realizadas, sendo detidas pelos seguintes Bancos:

	2005	2004	
	Percent.	Montante	Montante
Banco Comercial Português, S. A. ....	30,020	3 002	2 485
Banco Santander Totta, S. A. ....	18,086	1 809	1 537
Caixa Geral de Depósitos, S. A. ....	17,601	1 760	1 496
Banco BPI, S. A. ....	17,310	1 731	1 471
Banco Espírito Santo, S. A. ....	8,801	880	748
Caixa Económica do Montepio Geral .....	2,839	284	241
Banco Internacional do Funchal, S. A. ....	0,946	95	80
Banco Bilbao Vizcaya Argentária, S. A. ....	0,779	78	66
Banco Comercial dos Açores, S. A. ....	0,485	49	41
Banco do Brasil, S. A. ....	0,294	29	25
Banco Internacional de Crédito, S. A. ....	0,294	29	25
Banco Activo Bank (Portugal), S. A. ....	0,294	29	25
Banco Nacional de Crédito Imobiliário, S. A. ....	0,294	29	25
Banco Português de Investimento, S. A. ....	0,294	29	25
Banco Português de Negócios, S. A. ....	0,294	29	25
Barclays Bank, E. P. C. E. ....	0,294	29	25
BNP Paribas, S.A. ....	0,294	29	25
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C. R. L .....	0,294	29	25

	2005	2004	
	Percent.	Montante	Montante
Finibanco, S. A. ....	0,294	29	25
Credibanco, S. A. ....	—	—	41
Banco Expresso Atlântico, S. A. ....	—	—	25
	99,809	9 981	8 484
Unicre — acções próprias e acções de titularidade conjunta .....	0,191	19	16
	100,000	10 000	8 500

Conforme referido na nota introdutória, em Dezembro de 2005, na sequência da transformação do tipo legal da Unicre em instituição financeira de crédito, foi efectuado um aumento do capital social de 8 500 000 euros para 10 000 000 de euros, através da incorporação de 450 000 euros de reservas de reavaliação do activo imobilizado e de 1 050 000 euros de reservas livres (nota n.º 52).

No exercício de 2005, as participações do Banco Expresso Atlântico, S. A. e do Credibanco, S. A., encontram-se reflectidas na participação do Banco Comercial Português, S. A.

#### 52 — Reservas:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Reserva legal .....	3 637	3 241
Reserva de reavaliação .....	2 395	2 845
Reservas livres .....	5 227	5 928
	11 259	12 014

Os movimentos nas rubricas da situação líquida durante os exercícios de 2004 e 2005 foram os seguintes:

	Capital subscrito	Reserva legal	Reserva de reavaliação	Reservas livres	Lucro líquido do exercício	Total
Situação líquida em 31 de Dezembro de 2003 .....	8 500	2 852	2 845	5 667	3 880	23 744
Distribuição de resultados:						
i) Reforço de reservas .....	—	389	—	261	(650)	—
ii) Distribuição de dividendos .....	—	—	—	—	(3 230)	(3 230)
Lucro líquido do exercício .....	—	—	—	—	3 969	3 969
Situação líquida em 31 de Dezembro de 2004 .....	8 500	3 241	2 845	5 928	3 969	24 483
Distribuição de resultados:						
i) Reforço de reservas .....	—	396	—	349	(745)	—
ii) Distribuição de dividendos .....	—	—	—	—	(3 224)	(3 224)
Aumento de capital social (nota n.º 51) .....	1 500	—	(450)	(1 050)	—	—
Lucro líquido do exercício .....	—	—	—	—	12 818	12 818
Situação líquida em 31 de Dezembro de 2005 .....	10 000	3 637	2 395	5 227	12 818	34 077

De acordo com o disposto no artigo 97.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/91, de 31 de Dezembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2002, de 25 de Setembro, a Unicre deverá destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

#### 53 — Juros e proveitos equiparados:

Esta rubrica refere-se a juros debitados a utilizadores de cartão emitidos pela Unicre, compreendendo os juros calculados sobre o capital e também sobre juros que não tendo sido amortizados no período anterior foram capitalizados, com o seguinte detalhe:

	2005	2004
Cartões — Marca Unibanco .....	23 543	20 375
Cartões — Outras marcas .....	1 032	903
	24 575	21 278

#### 54 — Comissões:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2005	2004
Comissões recebidas:		
Descontos obtidos de comerciantes:		
Facturação no país .....	204 829	222 058
Facturação no estrangeiro .....	2 154	2 189
	206 983	224 247
Taxas de serviço .....	13 112	11 318
Anuidades .....	6 297	6 102
Outros .....	31	25
	19 440	17 445
	226 423	241 692

	2005	2004
Comissões pagas:		
Encargos com membros emis. de cartões	164 473	178 120
Comissões por serviços bancários .....	419	456
	<u>164 892</u>	<u>178 576</u>

Pelo serviço de *acquiring* os comerciantes concedem à Unicre um desconto sobre o preço de venda cobrado aos titulares dos cartões por ela representados, encontrando-se o mesmo registado em comissões recebidas — descontos obtidos de comerciantes. Parte desse montante é cedido aos emissores de cartões, encontrando-se registado em comissões pagas — encargos com membros emissores de cartões.

#### 55 — Juros e custos equiparados:

Esta rubrica regista os juros de recursos obtidos em instituições de crédito no país.

#### 56 — Outros gastos administrativos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Serviços informáticos .....	29 918	26 720
Comissão do serviço do banco de apoio .....	7 672	7 124
Publicidade e edição de publicações .....	3 212	4 396
Comunicação .....	2 472	2 361
Estudos e consultas .....	2 280	1 981
Licenças .....	1 239	1 567
Seguros .....	1 171	1 270
Mão-de-obra .....	1 182	1 031
Conservação e reparação .....	1 087	1 602
Impressos e material .....	737	872
Deslocações, estadas e representação .....	379	459
Rendas e aluguers .....	272	296
Despesas judiciais e de contencioso .....	37	53
Outros .....	2 274	2 406
	<u>53 932</u>	<u>52 138</u>

Os custos incluídos nas rubricas de serviços informáticos incluem nomeadamente os custos inerentes ao funcionamento da rede de comerciantes, entre os quais se destacam a utilização dos meios informáticos da Sociedade Interbancária de Serviços, S. A., que compreendem o sistema central de processamento de operações e o apoio nas transacções efectuadas por POS.

Desde o exercício de 2004, a Unicre passou a suportar uma comissão de serviço do banco de apoio que se destina a remunerar os bancos emissores pelos serviços de captação e de manutenção de clientes e de promoção do negócio no âmbito da Redunicre. Esta comissão é calculada com base no montante das transacções resultantes de pagamentos com cartões de marcas representadas pela Unicre, que originam depósitos nas contas dos comerciantes domiciliadas junto dos bancos beneficiários da comissão.

#### 57 — Custos com o pessoal:

A rubrica de custos com o pessoal tem a seguinte composição:

	2005	2004
Salários e vencimentos:		
Empregados .....	9 602	9 457
Órgãos de direcção e fiscal. (nota n.º 35) .....	951	789
	<u>10 553</u>	<u>10 246</u>
Encargos sociais:		
Encargos com pensões de reforma — custo do exercício (nota n.º 49) .....	2 947	3 645
Pensões pagas .....	54	38
Caixa abono de família .....	987	955
SAMS .....	585	555
Seguros de acidentes de trabalho .....	67	64
Outros .....	203	182
	<u>4 843</u>	<u>5 439</u>

	2005	2004
Indemnizações contratuais .....	1 504	2
Outros custos com o pessoal .....	112	90
	<u>1 616</u>	<u>92</u>
	<u>17 012</u>	<u>15 777</u>

A rubrica de indemnizações contratuais inclui 1500 milhares de euros referentes a custos a suportar na sequência de uma reestruturação de processos da Unicre iniciada no exercício de 2005, e que se encontra actualmente em curso, nomeadamente indemnizações por rescisões de contratos de trabalho (nota n.º 24).

#### 58 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

As disponibilidades à vista sobre instituições de crédito correspondem ao saldo da rubrica de cheques a cobrar relativos aos cheques recebidos no último dia útil de cada exercício, referentes a pagamentos de clientes e que só foram regularizados nos primeiros dias úteis do exercício seguinte.

O Conselho de Administração: *Vitor Bento*, presidente — *Amadeu Paiva* — *Vasco Pereira*.

## Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Unicre — Instituição Financeira de Crédito, S. A. (anteriormente denominada Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 que evidencia um total de 230 456 milhares de euros e capitais próprios de 34 077 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 12 818 milhares de euros, a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração de origem e aplicação de fundos do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Unicre, o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

3 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação.

Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Unicre — Instituição Financeira de Crédito, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, bem como o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector.

5 — *Ênfases*. — As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 são apresentadas pela Unicre de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas



demonstrações financeiras foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa no nosso relatório datado de 25 de Fevereiro de 2005, incluía duas ênfases. Uma das ênfases era relativa ao impacto da Unicre ter passado a registar no exercício de 2004 a estimativa das responsabilidades com os encargos com cuidados de saúde dos seus empregados e pensionistas e a outra aos custos e proveitos diferidos com pensões reflectidos nas demonstrações financeiras da Unicre.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2006. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

### Relatório e parecer do fiscal único

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Unicre — Instituição Financeira de Crédito, S. A., (Unicre) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Ao longo do exercício de 2005 acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Unicre, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços da Unicre, as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2005, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de origem e aplicação de fundos e o respectivo anexo, bem como o relatório de gestão, elaborado pelo conselho de administração, para o exercício findo naquela data. Adicionalmente, elaborámos a certificação legal das contas, a qual foi emitida sem reservas e com uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços da Unicre o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2006. — O Fiscal Único, Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*. 2000204197

---

## DIVERSOS

---

### ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO E LEIXÕES, S. A.

#### Regulamento de exploração dos portos do Douro e Leixões

#### CAPÍTULO I

#### Disposições gerais

#### SECÇÃO I

#### Aplicação do regulamento de exploração

#### ARTIGO 1.º

#### Objecto e âmbito

1 — O presente regulamento estabelece as condições técnicas de operação para a exploração dos portos do Douro e Leixões e aplica-se na zona portuária, sob jurisdição da Administração dos Portos do Douro e Leixões, S. A., adiante designada por APDL, APDL — Administração ou autoridade portuária, a todas as actividades relativas aos movimentos de embarcações, de mercadorias e de passageiros.

2 — Sem prejuízo da aplicabilidade do presente Regulamento, nas áreas de exploração concessionadas as actividades de exploração serão objecto de regulamentos próprios, elaborados pelas empresas concessionárias e aprovados pela APDL.

#### ARTIGO 2.º

#### Definições

Para efeitos do disposto no presente regulamento entende-se por:

- a) «Agente de navegação» as sociedades comerciais regularmente constituídas e licenciadas para a prática das actividades relacionadas com o agenciamento e consignação de embarcações, conforme expressas na lei;
- b) «Código IMDG» o código marítimo internacional de mercadorias perigosas, aplicável aos transportes marítimos;
- c) «Empresa de estiva» as pessoas colectivas licenciadas para o exercício da actividade de movimentação de cargas na zona portuária, nos termos da legislação em vigor;
- d) «Operador portuário» a empresa responsável pela operação portuária, podendo, ou não, ser licenciada como empresa de estiva;
- e) «Passageiros» todas as pessoas de idade superior a um ano que, sendo transportadas em embarcações que utilizem as instalações do porto, não integrem as respectivas tripulações;
- f) «Serviços portuários» os prestados pela Administração ou por pessoas singulares ou colectivas para esse fim autorizadas ou licenciadas, nas zonas marítimas e terrestres dos portos, às embarcações, aos passageiros e às mercadorias;
- g) «Zona de depósito ou armazenagem» aquela onde se efectua a armazenagem temporária das cargas;
- h) «Zona de trabalho» aquela, junto ao cais, onde se realizam operações de movimentação de mercadorias de e para os navios;
- i) «Zona de trânsito» aquela destinada à circulação e estacionamento de viaturas;
- j) «Zona portuária» aquela onde se exercem actividades ligadas ao comércio marítimo.

#### ARTIGO 3.º

#### Área de exploração

A área dos portos reservada à exploração terrestre é classificada como zona de trabalho, zona de trânsito e zonas de depósito ou armazenagem.

#### ARTIGO 4.º

#### Autoridades

1 — Para além da autoridade portuária, as autoridades que exercem de forma autónoma e directa a sua acção nos portos do Douro e Leixões são a autoridade aduaneira, a autoridade marítima, a autoridade de fronteira, a autoridade de saúde e as autoridades de sanidade animal e de sanidade vegetal.

2 — As funções de cada uma das autoridades referidas no número anterior são exercidas no âmbito das atribuições conferidas por lei.

#### ARTIGO 5.º

#### Competência

Dentro da área de exploração a Administração tem competência para, nomeadamente:

- a) Construir e conservar as obras marítimas e terrestres dos portos;
- b) Adquirir equipamento flutuante e terrestre;
- c) Autorizar a execução de quaisquer obras ou trabalhos;
- d) Exercer ou autorizar o exercício de actividades comerciais, industriais ou de serviços;
- e) Dirigir e coordenar os serviços da navegação;
- f) Prestar serviços de pilotagem, reboque e amarração;
- g) Licenciar, coordenar e fiscalizar a actividade das empresas de estiva;
- h) Licenciar, coordenar e fiscalizar a actividade dos agentes de navegação;
- i) Licenciar e regulamentar o exercício da actividade de reparação e fornecimento aos navios;
- j) Licenciar e regulamentar as actividades de superintendência e peritagem;
- k) Promover a segurança das instalações portuárias;
- l) Aplicar as sanções previstas nas leis e regulamentos;
- m) Cobrar taxas relativas a quaisquer actividades ou serviços prestados;
- n) Resolução de casos omissos.

#### ARTIGO 6.º

#### Exclusivo

A exploração dos portos do Douro e Leixões só pode ser efectuada pela respectiva Administração, directamente ou por empresas licenciadas ou concessionadas.